

2º CICLO
PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES, SOCIAL E DO TRABALHO

As Representações Sociais e práticas familiares: um olhar sobre casais tradicionais e não tradicionais

Mónica Sampaio

M

2024



FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A PERCEÇÃO SOCIAL PARA COM OS CASAIS TRADICIONAIS
E NÃO TRADICIONAIS**

Mónica Sampaio

Abril 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Social e do Trabalho, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor *Samuel Lins* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese foi um processo de crescimento, desafios e aprendizagens que jamais teria sido possível sem o apoio e a inspiração de pessoas especiais.

A minha profunda gratidão à Professora Doutora Gabrielle Poeschl, cujos ensinamentos, paciência, incentivo e generosidade intelectual foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Ao Professor Doutor Samuel Lins, pelas suas orientações precisas, disponibilidade e gentileza em aceitar orientar a conclusão do mesmo, foi um farol a guiar-me nos momentos de incerteza e um impulso para seguir em frente.

Agradeço, ainda, a todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta etapa se tornasse realidade. Cada partilha de conhecimento e cada gesto de alento tiveram um impacto imensurável nesta caminhada.

Este trabalho é, também, fruto de todas essas presenças significativas, e levo comigo não apenas a aprendizagem académica, mas também a lembrança de que existe um tempo para tudo e existe também o nosso próprio tempo. O importante é concluir.

Com sincera gratidão.

Resumo

Este estudo aborda as Representações Sociais em torno de casais tradicionais e não tradicionais no contexto das práticas familiares contemporâneas. A análise enfatiza as diferenças de gênero, poder e percepção social entre homens e mulheres, considerando a influência histórica e sociocultural. Utilizando um modelo teórico baseado nas Representações Sociais de Moscovici, foram aplicados questionários a 165 participantes, explorando aspectos como papéis de gênero, decisões familiares e traços de personalidade. Os resultados indicam que os papéis tradicionais continuam a moldar as percepções sociais, enquanto os desvios desses padrões geram avaliações contraditórias. O estudo sugere que as Representações Sociais refletem e perpetuam desigualdades, ao mesmo tempo em que oferecem subsídios para a reconfiguração das práticas familiares. Classifica-se como uma análise empírica com fundamentação teórica. Este trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas intergrupais e seus impactos no contexto familiar.

Palavras-chave: representações sociais, gênero, práticas familiares, poder, papéis tradicionais, casais não tradicionais.

Abstract

This study addresses social representations surrounding traditional and non-traditional couples in the context of contemporary family practices. The analysis emphasizes gender differences, power, and social perceptions between men and women, considering historical and sociocultural influences. Using a theoretical model based on Moscovici's social representations, questionnaires were applied to 165 participants, exploring aspects such as gender roles, family decisions, and personality traits. The results indicate that traditional roles continue to shape social perceptions, while deviations from these patterns generate contradictory evaluations. The study suggests that social representations reflect and perpetuate inequalities while providing insights for the reconfiguration of family practices. It is classified as an empirical analysis with theoretical grounding. This work contributes to understanding intergroup dynamics and their impacts in the family context.

Keywords: social representations, gender, family practices, power, traditional roles, non-traditional couples.

Introdução

Na atualidade, a sociedade ainda se confronta com muitas crenças relativas às diferenças entre os sexos. Como por exemplo no padrão de tarefas e de atividades que se pensa serem mais apropriadas para os homens e para as mulheres (Figueiredo, 2003 in Oliveira, 2010). As representações de género continuam ainda hoje, a legitimar desigualdades no mercado de trabalho e, principalmente, no contexto familiar (Afonso & Poeschl, 2006; Poeschl, 2000; 2010).

Vários estudos descrevem que os homens e as mulheres consideram a organização familiar que adotaram como sendo justa, equitativa e satisfatória (Baxter & Western, 1998, in Poeschl, 2008; Grote, Naylor & Clark, 2002, in Poeschl, 2007; Poeschl, Pinto, Múrias, Silva & Ribeiro, 2006; Roux, 1999, in Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002), independentemente da forma como se distribuem o poder e o trabalho familiar (Baxter & Western, 1998; Müller, 1998, in Poeschl, 2000; Poeschl, 2003a). De acordo com Poeschl (2008), os indivíduos consideram a divisão tradicional das tarefas familiares justa e satisfatória pelo facto de adquirirem benefícios relativamente à gestão das práticas tradicionais.

As Representações Sociais de género e as práticas familiares tradicionais contribuem para a manutenção das desigualdades tanto na esfera familiar como na sociedade, evidenciam-se assim como estímulos na conservação das condições desiguais na sociedade entre homens e mulheres (Poeschl, 2007; 2010).

Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo compreender a perceção social para com os casais tradicionais e não tradicionais, seguindo a orientação conceptual do Modelo Teórico das Representações Sociais, proposto por Moscovici (1961, 1976).

Revisão da literatura

Esta seção apresenta a definição do conceito das Representações Sociais e algumas perspectivas teóricas que explicam as explicam como determinante de papel de género, bem como servindo de base teórica da nossa pesquisa.

Modelo Teórico das Representações Sociais

As Representações Sociais de género e as práticas familiares tradicionais contribuem para a manutenção das desigualdades tanto na esfera familiar como na sociedade.

As Representações Sociais de género evidenciam-se assim como estímulos na conservação de um desequilíbrio social entre homens e mulheres (Poeschl, 2007; 2010). Sendo, como refere Burr (1998, *in* Poeschl, 2003a), a pertença sexual, ainda um princípio organizador da ordem social, visto que determina a posição hierárquica dos homens e das mulheres na sociedade (Poeschl, 2003a).

A Psicologia Social ocupa uma posição de convergência entre a psicologia e sociologia. Ao tentar agregar as realidades dos fenómenos psicológicos e sociológicos, a Psicologia Social fundamenta a interação social com base em processos intra-individuais, interindividuais, situacionais e processos que sofrem influência de posições na esfera social e processos que utilizam conceções gerais propagadas nas sociedades (Doise, 1984).

A vinculação de vários níveis de análise nos estudos socio e psicológicos permite uma compreensão geral dos fenómenos inerentes à interação social. A Teoria Das Representações Sociais é uma forma sociológica da Psicologia Social (Farr, 1998), contextualizada numa perspetiva europeia que se destaca principalmente no estudo das relações intergrupais e numa abordagem cultural e social dos processos sociopsicológicos (Farr, 1994).

O conceito de Representação

O conceito de “Representação Social” foi proposto inicialmente por Moscovici em 1961, com a sua tese de Doutoramento intitulada, “*La psychanalyse, son image et son public*” (Moscovici, 1961, 1976), lançando assim, as bases para o Modelo Teórico das Representações Sociais (Figueiredo, 2003). Esta teoria foi construída através da ideia de que o indivíduo retira categorias de pensamento da sociedade. As formas de aquisição do conhecimento de senso comum (Moscovici, 2003) possuem regras distintas que se regem por uma certa lógica (Grize, 2001; Rateau, 1995).

A Teoria Das Representações Sociais desenvolveu-se com o ímpeto de investigar os processos cognitivos e os construtos que influenciam as relações sociais no quotidiano, bem como as ideologias, atitudes, imagens sociais, entre outros (Guimelli, 1999; Flament & Rouquette, 2003) (Duveen & Lloyd, 1990).

O conceito de representação pode ser entendido através de duas perspetivas. Uma primeira em que a define como “o reflexo interno de uma realidade externa, reprodução conforme no espírito do que se encontra fora do espírito” (Moscovici, 1969, *cit. in* Vala, 2000, p.9). O mundo exterior é interiorizado no nosso sistema cognitivo e pode estar sujeito

a enviesamentos que terão impacto nas nossas “reproduções” mentais do mundo e dos outros. A segunda perspetiva define que “não há corte entre o universo interior e o universo exterior do individuo, que o sujeito e objeto não são essencialmente distintos” (Moscovici, 1969, *cit. in* Vala, 2000 (p. 9).

Assim, a representação social é sempre representação de algo, *o objeto*, e de alguém, *o sujeito*. Essa representação possui uma relação de simbolização e de interpretação, substituindo o objeto e conferindo-lhe significações (Jodelet, 2001). Neste sentido, a representação é vista como uma “construção” das nossas realidades (Jodelet, 2001). Moscovici referia que as Representações Sociais de que aborda não são as das sociedades primitivas, mas sim as da sociedade atual, no âmbito político, científico e humano (Moscovici, 1984 a, p. 181 *cit. in* Vala 2000). Sendo que algumas dessas representações são transmitidas de geração após geração, nomeadamente as tradições, ou então as representações das culturas mais modernas, as chamadas modas, que se propagam e desaparecem mais facilmente (Sperber, 1989, p. 127 *in* Vala 2000).

Moscovici demonstrou que as representações são fatores producentes da realidade e do modo como interpretamos e damos resposta aos acontecimentos. Assim que constituída uma *representação* os indivíduos tentam gerar a sua própria realidade. Uma que possa validar e explicar essa mesma *representação* (Moscovici, 1961/1976).

Neste sentido, a Teoria das Representações Sociais vai de encontro a uma perspetiva construtivista do saber, sendo o sujeito e o objeto do conhecimento correlativos e co-construtivos. O objeto torna-se realidade social em virtude da representação que o individuo ou grupo possuem acerca dele. Segundo o autor (Moscovici, 1976) é o processo e ao mesmo tempo o resultado desse processo, sendo o conteúdo e o processo *indissociáveis*.

O que entendemos por Representação “Social”?

Segundo a aceção de Vala (2000), ao afirmar que as representações são sociais envolve analisar três critérios. Ao analisarmos em termos de critério quantitativo, poder-se-á dizer que uma representação é social no sentido em que é partilhada por vários indivíduos. Ou seja, não estão em causa as representações individuais de cada um, as representações idiossincráticas, que nos tornam diferentes uns dos outros.

O critério quantitativo, contudo, não é válido, ou suficiente, para definir o conceito, pois não nos informa sobre o modo como é construído (Vala, 2000).

Em termos de critério genético, poder-se-á dizer que uma representação é social no sentido em que é gerada coletivamente. Com efeito, as representações são o resultado das interações e dos processos de comunicação que ocorrem no âmbito de um grupo social, refletindo a condição desse grupo, os seus projetos, desafios e estratégias, além das suas relações com outros grupos. (Vala, 2000).

Em termos de critério de funcionalidade a representação social especifica-se em ajudar a direcionar as interações comunicativas e os comportamentos constituindo guias para a comunicação e para a ação (Vala, 2000). Assim, “resolver problemas, dar forma às relações sociais, oferecer um instrumento de orientação dos comportamentos, são as razões poderosas para edificar uma representação social” (Moscovici, 1961, *cit. in* Vala, p. 307). É no âmbito determinado por partilha coletiva, no qual possui função comunicacional e comportamental, que as representações se definem como fenómeno e como conceito (Vala, 2000).

Moscovici distinguiu diferentes tipos de respostas que podem ser fornecidas pelos indivíduos. Nessas respostas intervêm dois sistemas cognitivos. O sistema operatório “que procede a associações, inclusões, discriminações e deduções” (Vala, 2000) e o metasistema, que “controla, verifica e seleciona” as operações efetuadas. Ou seja, o metasistema incide sobre a “matéria” produzida pelo sistema operatório. No pensamento de senso comum, o metasistema é composto de regulações sociais que vão orientar os processos de categorização e/ou as respostas dos indivíduos relativas às relações intergrupais, por exemplo (Vala, 2000).

As Representações Sociais enquanto sistemas de interpretação da realidade

Enquanto sistemas de interpretação da realidade, as Representações Sociais dão lugar a teorias e versões da realidade, consubstanciadas de imagens, palavras ou significados para aqueles que as interiorizam. Através dessas significações, os indivíduos criam uma definição daquela realidade ou dos objetos sociais, que poderá ser dissonante para qualquer outro indivíduo, no mesmo sentido em que poderá ser consensual para tantos outros. É essa visão partilhada que nos liga e movimenta as ações no dia-a-dia (Jodelet, 2001).

Como refere Plon, (1972, *cit. in* Jodelet, 2001, p. 32), “Mesmo nestes casos, a partilha implica uma dinâmica social que explica a especificidade das representações. O lugar, a posição social que os indivíduos ocupam ou as funções que assumem determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantêm com o mundo social”.

No entanto, se as Representações Sociais, enquanto sistemas de interpretação, têm a função de dar sentido ao real, orientar e organizar o nosso comportamento, da mesma forma elas intervêm no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das nossas identidades pessoais e coletivas, nas transformações sociais, na difusão e assimilação de conhecimentos sociais (Jodelet, 2001).

Mas como se originam as Representações Sociais?

Émile Durkheim considerou existir duas fontes de influência sobre a modo de agir e de pensar dos indivíduos. Essas fontes seriam a consciência individual, organizada por representações individuais, e a consciência coletiva, organizada por representações coletivas (Moscovici, 1961/1976, *cit. in* Duveen, 2001). As representações coletivas são o produto de ações e reações das consciências individuais que constituem uma sociedade (Poeschl, 2003) ou seja “the whole range of intellectual forms which included science, religion, myth, modalities of time and space, etc ” “... any kind of idea, emotion or belief which occurred within a community was included ” (Moscovici, 1961/1976, *cit. in* Duveen, 2001, p. 30). Segundo Durkheim, as representações coletivas determinam a forma como as pessoas pensam, agem e vêem o mundo, bem como o modo como comunicam entre si. Elas são assimiladas de forma inconsciente, o que possibilita à consciência coletiva exercer uma certa pressão sobre a consciência individual (Poeschl, 2003).

Contudo, segundo Moscovici, o conceito da representação coletiva descrito já não corresponde à realidade atual. Na contemporaneidade, há muitos grupos que se formam para defender novas ideias, algumas representações desaparecem, outras transformam-se e outras ainda são criadas. A forma de pensar deixa de ser estável e sólida, e o que é comum a um mesmo coletivo origina constante e rapidamente novas representações. As antigas representações são modificadas ao ponto de atualmente coexistir múltiplas representações de um mesmo objeto social. Esta perspectiva veio a contrariar o pensamento de Durkheim já que, para Moscovici (1976), as Representações Sociais possuem um caráter dinâmico (Poeschl, 2003).

Moscovici explicita dois processos gerais, como estando na origem das Representações Sociais: a *objetivação* e a *ancoragem*. Estes processos estão intimamente ligados um ao outro e são modelados por condições sociais (Vala, 2000).

Objetivação refere-se ao modo como os elementos constituintes das representações são organizados e o processo pelo qual esses elementos ganham forma e se tornam manifestações de uma realidade vista como natural. (Vala, 2000).

Ou seja, o processo explica como algo abstrato, os conceitos são transformados em realidades concretas, observáveis e externa ao indivíduo. No processo de *objetivação* estão envolvidas três etapas. Na primeira, as informações e as crenças acerca do objeto da representação sofrem um processo de *seleção* e descontextualização, para permitir que faça sentido na sua totalidade, no qual só uma parte da informação disponível será retida.

Este processo de *seleção* e reorganização dos elementos da representação não é neutro ou aleatório, depende sempre das normas e dos valores do grupo. A segunda etapa da objetivação corresponde ao modo como os elementos da representação são organizados. Moscovici (1961) recorre aos conceitos de *esquema* e *nó figurativo* para lembrar o facto de os elementos da representação obedecerem a um padrão organizado de relações entre si. A última etapa da objetivação é a *naturalização*. Os conceitos que ficam retidos no *nó figurativo* e as respetivas relações denominam-se como categorias *naturais*, adquirindo materialidade. Ou seja, os conceitos tornam-se idênticos à realidade e o abstrato torna-se concreto através da sua expressão em imagens e metáforas (Moscovici, 1961).

Ancoragem significa categorizar ou nomear algo, como afirma a autora “quando a novidade é incontornável, à ação de evita-la segue-se a um trabalho de ancoragem, com o objetivo de torna-la familiar e transforma-la para integra-la no universo de pensamento preexistente.” “... a todo o elemento estranho ou desconhecido no ambiente social ou ideal” (Jodelet, 2001, p.35) “assegurando a sua incorporação ao social” (Jodelet, 2001, p.38).

Ou seja, permite compreender a forma como os elementos representados na expressão e na constituição das relações sociais, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (Jodelet, 1989).

“Por um lado, a ancoragem enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situa-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência. Entretanto, nesse nível, a ancoragem desempenha um papel decisivo, essencialmente no que refere à realização de sua inscrição num sistema de acolhimento nacional, um já pensado. Por um trabalho de memória, o pensamento constituinte apoia-se sobre o pensamento constituído para enquadrar a novidade e esquemas antigos, ao já conhecido” (Jodelet, 2011, p. 39). “As representações atualizam, de facto, as formas de pensamento situadas historicamente, são um produto de processos de pensamento que se vão sucedendo ao longo

do tempo. Observa-se influência de ideologias nas marcas de poder socioeconómico. Também faz referências a matrizes culturais de interpretação, ou seja, os enquadramentos culturais de conhecimento e de comportamento que estão incluídos na memória coletiva de cada grupo social transmitindo-se através de um conjunto de sistemas, escola, família, igreja e outros, que se esforçam por manter as estruturas sociais.” (Poeschl, 2003 p. 451)

Moscovici referia a ancoragem como sendo uma função cognitiva essencial da representação, com o intuito de proteção e legitimação (Jodelet, 2001):

“Thus, our representations make the unfamiliar familiar, which is another way of saying that they depend on memory... anchoring and objectifying are therefore ways of handling memory” (Moscovici 1961/1976, *cit. in* Duveen, 2001, p.54).

Vala refere que o conceito de ancoragem tem algumas afinidades com o conceito de categorização: ambos funcionam como estabilizadores do meio e como redutores de novas aprendizagens. Na medida em que também se procuram, por semelhança, aquelas características que se pode associar a outros elementos que já existem na nossa rede de categorias e que permitem prover o objeto de um significado. Moscovici exemplificou que muitas vezes as pessoas comparavam o médico ao sacerdote, a conversação à confissão. Este processo não compreende etapas lógicas. Pelo contrário, quando se tenta inserir um objeto numa rede de categorias, procede-se, segundo Moscovici (1984) (*in* Poeschl 2003) em que o veredicto predomina sobre o julgamento. “O modo como se retém as propriedades do objeto é refletido na atitude perante esse mesmo objeto e determina as nossas decisões sobre a posição que se irá adotar no sistema de pensamento” (Vergés, 1989, *cit. in* Poeschl, 2003). “Chegamos normalmente a estas decisões de duas maneiras, a generalização e a particularização” (Moscovici, 1984, p. 32). Por meio da generalização reduzimos as diferenças, ao selecionar aleatoriamente uma característica que utilizamos como denominador comum das categorias do objeto: quando a característica selecionada é positiva leva a aceitação do objeto, quando a característica é negativa o objeto é rejeitado. Por meio da particularização, mantem-se o objeto á distancia, ao selecionar uma característica que se considera diferente das outras categorias, tenta-se identificar o que torna esse objeto em algo distinto das restantes categorias (Vergés, 1989, *cit. in* Poeschl, 2003).

O processo de ancoragem irá ocorrer em dois momentos denominados por categorização e integração.

A fase da categorização é definida antes do processo de objetivação, categoriza algo ou alguém no mundo dos significados mais familiares. Esta fase processa-se através da

generalização de características específicas já conhecidas pelo indivíduo e no qual são relativamente próximos ao novo objeto. Não se trata de um processo neutro, por outras palavras, cada indivíduo terá que atribuir ao novo objeto uma posição hierárquica, um valor positivo ou negativo (Poeschl, 2003).

A fase da integração, posterior ao processo de objetivação, atribui um valor funcional ao conteúdo representacional do objeto. Através da particularização é-lhe atribuído características específicas que o possa distinguir de objetos semelhantes e no qual o são familiares (Poeschl, 2003).

“(…) Pensamos que o processo de diferenciação categorial é igualmente um princípio organizador, particularmente útil para dar conta de Representações Sociais elaboradas num contexto de relações intergrupais” (Doise, 1985, p.249, *cit. in* Ribeiro, 2011).

Essas posições além de serem determinadas por princípios de oposição e hierarquização são também determinadas por princípios organizadores e específicos relativamente ao objeto social em causa. A identificação desses princípios permite compreender a lógica que regula o pensamento nesse domínio e as suas transformações (Clémence e Doise, 1995, *cit. in* Clémence 2003, *cit. in* Ribeiro 2011).

Assim que este processo é concluído pode tornar-se uma ferramenta útil no modo como os indivíduos interagem, na sua comunicação e à compreensão social (Jodelet, 1984 *in* Ribeiro, 2011). Essas ideias e/ou imagens revelam-se importantes na mobilização psicológica das multidões (Moscovici, 1981, *cit. in* Jodelet, 2001). Por vezes de um modo subtil, as representações produzidas contribuem para a conservação da ordem social originando-se de uma forma hierárquica. Logo, as particularidades escolhidas para diferenciar os grupos não têm o mesmo valor social. Consequentemente, as representações constituídas tornam-se no reflexo das diferenças de estatuto dos grupos e servem para legitimar e participar na manutenção das posições na sociedade (Doise, 1990, *cit. in* Poeschl, 2003).

Doise (1986) defende que “Não se pode eliminar da noção de representação social as referências aos múltiplos processos individuais, interindividuais, intergrupais e ideológicos que frequentemente reagem mutuamente uns aos outros e cujas dinâmicas de conjunto resultam nessas realidades vivas que são, em última instância, as Representações Sociais” (Doise, 1986, pp. 19-83 *in* Jodelet, 2001, p.26).

Como Vala afirma quando as pessoas se perguntam sobre questões sociais — como pobreza, desemprego, saúde, violência ou insucesso escolar — elas recorrem às teorias que, coletivamente, desenvolvem sobre esses temas, utilizando esse conjunto de ideias para procurar e organizar as suas explicações. (Vala, 2000).

Representações Sociais e relações intergrupais

A compreensão da evolução e da organização de uma representação obriga a que haja uma integração na dinâmica social, ou seja, ela é determinada pela estrutura da sociedade onde se desenvolve (Moscovici, 1961). A estrutura social remete-nos para divisões, diferenciações e relações de dominação (Deschamps, 1982 in Cabecinhas, 2004). Esses aspetos sociais refletem-se nos diferentes modos como as Representações Sociais irão ser construídas perante um mesmo objeto. Essas diferenças evidenciam-se pelo menos a dois níveis: ao nível das condições socio-económicas e ao nível dos sistemas de orientação, desde as normas e valores que prevalecem, às atitudes e motivações específicas (Vala, 2000).

Como Moscovici (1961) salientou, se a especificidade da situação de cada grupo social contribui para a especificidade das suas representações, a especificidade das representações contribui, por sua vez, para a diferenciação dos grupos sociais. Mas as representações também são dirigidas às relações intergrupais. Na sua interação, cada grupo dispõe já de um sistema de representações que lhe permite antecipar os comportamentos do outro e programar a sua própria estratégia de ação.

Como já foi referido, a perspetiva das Representações Sociais enfatiza o papel ativo dos indivíduos na sua produção e transformação. Contudo, é necessário ter em conta, a relação que existe entre as Representações Sociais e as configurações culturais que predominam, bem como toda a dinâmica social no seu conjunto. A integração desses fatores irá ajudar na compreensão das pressões para o domínio da uniformização de algumas Representações Sociais (Vala, 2000).

Essas, as representações (Moscovici, 1961) produzidas pelo pensamento social surgem através da comunicação e pela interação social quando os indivíduos conversam sobre objetos importantes e polémicos (Poeschl, 2003). Os meios de comunicação social sobressaem como fatores associados à consensualidade alargada de algumas Representações Sociais. O processo comunicacional é o canal através do qual o indivíduo assimila determinado objeto. Além da informação relativa ao próprio objeto é também transmitido um conjunto de informações como opiniões, juízos, imagens, que proporcionam novos

pontos de vista suscetíveis de alargar ou transformar as nossas ideias acerca de um mesmo objeto. Esse conteúdo novo que se forma irá diferir em função dos grupos sociais onde ocorrem as interações (Poeschl, 2003).

A representação só adquire juízos de verdade e de realidade a partir do momento em que é partilhada. A metáfora associada à televisão “permite fazer corresponder a cada palavra um rosto, a cada conceito e ideia uma imagem. A expansão do audiovisual mergulhou-nos num mundo de rostos, imagens e símbolos, nos quais se inscrevem as ideias mais abstratas, conferindo-lhes a materialidade de que necessitam para viver, reproduzir-se e tornar-se realidade” (Vala, 1993, p.379-380).

Representações Sociais De Género

Como referido anteriormente (Moscovici 1961, 1976) para que ocorra o processo de uma representação social é necessário que os indivíduos comuniquem entre si acerca de um objeto social relevante e socialmente controverso. As questões do quotidiano são o principal objeto de estudo das Representações Sociais, assim como as questões relacionadas com género e, de certo modo, funcionam como um ponto de referência para justificar os vários comportamentos de diferentes grupos sociais (Afonso & Poeschl, 2005).

Definição de conceitos: Sexo, Género, Papel

No âmbito da Psicologia, por vezes usa-se os conceitos de sexo e género como sinónimos (Eagly, 1987; Nielsen, 1990) embora envolvam significados diferentes que os distinguem nos diferentes contextos (Vicente, 1998)

Ao conceito de sexo feminino ou masculino define-se unicamente às características biológicas, e ao conceito de género designa-se os componentes não fisiológicos do sexo que são percebidos em termos culturais como femininos ou masculinos (Unger, 1979, in Costa & Santos, 1997). Estes conceitos são também o resultado do processo da construção social onde se evidenciam as categorias de feminino ou masculino (Vicente, 1998).

Simone de Beauvoir refere que a determinante biológica sexo, não determina a forma como a mulher " se torna mulher". Raparigas e rapazes têm comportamentos muito semelhantes que se começam a diferenciar por intermédio de outros (Beauvoir, 1987). Neste sentido, o sexo surge como algo definido mais ou menos inalterável e o género como uma

construção, "... marcada pela cultura envolvente e pela circunstância familiar em que nascemos, com tudo o que isso implica de tradição, de normativo" (Vicente, p.11, 1998).

Contudo, para alguns autores o termo sexo é empregue muitas vezes como *"...a categorical label for all the psychological characteristics and behaviors that stereotypically distinguish males from females in a given society"* (Spence, Deaux & Helmreich, 1985:150), nesta aceção as diferenças sexuais são vistas como diferenças de comportamentos entre homens e mulheres não implicando isso que a fonte das diferenças seja biológica (Eagly, 1987). No entanto alguns psicólogos sugerem o uso da expressão "diferenças sexuais" quando a origem das diferenças é biológica e o uso da expressão "diferenças de género" quando a origem das diferenças é o ambiente (Macaulay, 1985; Sherman, 1978 in Eagly, 1987).

Dentro da abordagem de desenvolvimento da psicologia social torna-se importante fazer referência ao conceito de "papel". O autor Rocheblave-Spenlé (1969) propôs uma definição geral e consensual, em que a noção de papel social se desenvolve como um modelo que se refere a comportamentos de indivíduos em interação como "papel social, onde se valoriza um aspeto particular de um indivíduo".

O conceito de papel sexual é associado a expectativas que diferem relativamente a atividades, comportamentos, características e competências do fórum feminino e masculino *"Gender roles are defined as those shared expectations (about appropriate qualities and behaviors) that apply to individuals on the basis of their socially identified gender "* (Eagly, 1987).

Essa associação remete-nos para refletir entre o papel prescrito e o papel real. O papel prescrito corresponde ao modelo de comportamentos de uma determinada sociedade relativas a uma certa posição, ser masculina ou feminina e o papel real corresponde à forma como um determinado homem ou mulher executa esse modelo (Davis, 1948 in Rocheblave-Spenlé, 1969).

Esta teoria tem como pressuposto considerar as diferenças sexuais como produto do papel social que regulamenta a vida dos adultos. O papel social que regulamenta a vida adulta não só em termos de normas de conduta a seguir, mas, também em termos de expectativas perante essa conduta. Para Eagly as diferenças sexuais podem ser descritas nos domínios do comportamento social e no domínio das habilidades cognitivas. Pressupõe que as diferenças sexuais são produto do papel social que regulamenta a vida adulta. Com base na explicação das diferenças sexuais proposta por Eagly (1987), a sua abordagem fornece

uma compreensão significativa das contradições observadas em determinados contextos sociais e experimentais. A autora enfatiza que as diferenças sexuais no comportamento não decorrem apenas de fatores biológicos ou inatos, mas são largamente moldadas pelos papéis sociais que homens e mulheres desempenham em diferentes contextos.

Esses papéis sociais, por sua vez, criam expectativas compartilhadas sobre os comportamentos considerados apropriados para cada gênero, e essas expectativas atuam como normas sociais que orientam as ações individuais. No entanto, as contradições emergem quando as situações naturais, que refletem essas normas, são comparadas com resultados obtidos em estudos experimentais que buscam eliminar influências contextuais. Eagly argumenta que esses resultados divergentes são produto da falta de contexto natural nos experimentos, que geralmente se concentram em condições artificiais que não replicam os papéis sociais vigentes.

A teoria também destaca como os papéis sociais não apenas influenciam diretamente o comportamento, mas também contribuem para o desenvolvimento de competências e traços específicos em homens e mulheres, que reforçam os estereótipos de gênero. Isso explica porque as diferenças sexuais observadas em ambientes naturais são mais pronunciadas do que aquelas encontradas em condições controladas.

Portanto, a abordagem de Eagly ajuda a compreender contradições aparentes, ao mostrar que os contextos sociais e os papéis de gênero têm uma influência profunda, mas muitas vezes implícita, no comportamento, contribuindo para resultados distintos dependendo das condições em que são observados ou estudados.

O papel social como determinante do papel de gênero

Eagly (1987, 1995) considera o papel de gênero como o resultado do papel social compreendido pelo indivíduo. Na psicologia o uso do papel social é tradicionalmente relacionado com o papel de gênero, mas torna-se importante referir que o papel de gênero tem uma função condicionante sobre o papel social.

A sua perspectiva parte do princípio que o papel de gênero abrange diferentes expectativas acerca das mulheres e dos homens ao nível das características e dos traços de personalidade, ou seja, as pessoas no geral têm expectativas diferentes acerca das mulheres e dos homens. Essas expectativas para além de descreverem os atributos dos homens e das mulheres são um conjunto de normas e diretrizes com o propósito de descrever o que se aceita ser desejável para cada um dos sexos (Eagly, 1987).

Neste sentido, visto que as normas sociais são expectativas partilhadas acerca das qualidades ou comportamentos, pode-se concluir que muitos aspetos dos estereótipos de género são normas sociais. Isto porque, se as normas sociais inerentes às pessoas de uma categoria ou de uma posição constituem o papel social, então as expectativas partilhadas em relação à mulher constituem o papel de género feminino e as expectativas partilhadas em relação ao homem constituem o papel de género masculino (Eagly, 1987).

O conteúdo de papel do género

O conteúdo do papel de género resume-se em duas dimensões, a *comunalidade* e a *agenticidade*. Esta consideração partiu de estudos que mostram que essas duas dimensões são as qualidades ou traços pessoais que predominam mais nas crenças do estereótipo de género, sendo o comportamento predito a partir destes estereótipos (Eagly, 1987).

A *comunalidade* é uma dimensão reservada à preocupação primária com o bem-estar dos outros, como a afetividade, a simpatia, a expressão de sentimentos positivos, a capacidade para se dedicar aos outros, o ser útil, o amor pelas crianças, o falar bem e ser gentil, bem como traços relativos à sensibilidade interpessoal como o conhecer e/ou aceitar os sentimentos dos outros (Eagly, 1987).

A *agenticidade* do estereótipo de género refere-se à assertividade e à tendência para o controle. Nesta dimensão predomina as características como o ser agressivo, ambicioso, dominante, liderante, poderoso, independente, auto-suficiente e individualista. Considera-se também outras características respetivas ao auto-desempenho como a auto-confiança, o sentir-se superior, tomar decisões facilmente, ser direto, aventureiro e persistente (Eagly, 1987).

Nestas dimensões encontra-se também um conteúdo adicional que conserva subcategorias de género, guiões descritivos de sequências específicas de comportamentos e regras sobre o momento adequado em que o homem e a mulher devem demonstrar os comportamentos específicos do seu género (Eagly, 1987).

Ainda que as pessoas no geral acreditem que os homens manifestam mais a dimensão *agenticidade* do que as mulheres, e que as mulheres têm mais *comunalidade* do que os homens, todos aceitam possuir alguns dos vários atributos. De um modo consensual existe uma internalização de papéis de maneira que os homens sejam mais *agênticos* e as mulheres mais comunais (Eagly, 1987).

No entanto, a atribuição de traços sexuais em ambos os sexos, demonstrado por Smoreda (1995, in Smoreda, 1996), é afetada pelo facto do papel que desempenham ser esperado ou não, ou seja, ser ou não conforme ao papel de género. Neste contexto os sujeitos que desempenham um papel inabitual (mulher dominante, ou homem submisso ou ainda uma situação de igualdade entre homem e mulher) desobedecem às expectativas sociais do estereótipo de género e originam o que Smoreda (1996) designou por *effect rebound*. Este efeito diz que quando os sujeitos desempenham um papel que não vai em conformidade ao esperado para o seu sexo, são avaliados como possuindo as características do sexo oposto, mas numa intensidade superior. O mesmo se diz, se o homem assume uma posição de submissão é considerado mais comunal do que uma mulher na mesma situação.

Origem do papel de género

A origem do papel de género para Eagly (1987) converge nos papéis que a mulher e o homem ocupam na família e na sociedade. O aspeto comunal do estereótipo feminino advém do papel familiar e o aspeto agêntico do estereótipo masculino advém do papel característico do homem na sociedade e na economia.

Os papéis de género resultam das expectativas que o meio social constrói relativamente ao comportamento de alguém específico à sua categoria sexual, e posteriormente dá-se a estereotipação social deste papel (Oliveira, 2010).

O estereótipo de género surge assim das características das atividades desempenhadas por cada um dos sexos. As qualidades comunais valorizadas na mulher são importantes para o bom desempenho nas atividades domésticas e familiares. As qualidades agênticas valorizadas no homem são as mais importantes para o bom desempenho ao nível do emprego remunerado (Eagly, 1987).

O sexo, numa perspetiva social, foca-se principalmente sobre os estereótipos sexuais, nas suas consequências sobre as avaliações expressas e nos comportamentos adotados perante a sociedade (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003). Pode-se definir estes estereótipos como “conjuntos de crenças sobre as características que é suposto os homens e as mulheres possuírem. Incluem crenças sobre as características físicas, os traços de personalidade, os comportamentos ligados aos papéis sociais, as preferências profissionais, as competências específicas e as disposições emocionais” (Deaux & LaFrance, 1998, in Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003, p. 216). Os papéis de género, contudo, reúnem comportamentos, preferências

e outras particularidades que são definidos culturalmente (Boso & Salvia, 2007, in Oliveira 2010)

Segundo Poeschl (2003) para além de Sherriffs e McKee (1957), poucos trabalhos sobre o tema haviam sido realizados. Apenas a meados dos anos 70 começam a surgir investigações sobre os estereótipos sexuais em “O *Questionário de estereótipos de papéis de sexo*” de Rosenkrantz por Vogel, Bee, Broverman e Broverman (1968), baseados exclusivamente nos traços de personalidade, resumem as crenças sobre as diferenças em duas dimensões, instrumentalidade e expressividade. Confirma-nos o consenso que existe em que os atributos masculinos são mais valorizados do que os atributos femininos. Ou seja, que os homens são mais competentes, racionais e assertivos do que as mulheres enquanto as mulheres são mais calorosas e expressivas do que os homens (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003). Williams e Bennett (1975) concluem que os homens são percebidos como mais autónomos, agressivos e exibicionistas do que as mulheres, enquanto as mulheres são vistas como mais prestáveis e servis do que os homens. Também foram realizados trabalhos que permitem diferenciar traços de personalidade de agenticidade e comunalidade (Bakan, 1966, in Poeschl 2003). Como refere Poeschl (2003) “A agenticidade evoca a capacidade de realizar tarefas e agir independentemente, e a comunalidade a capacidade de exprimir sentimentos e cuidar dos outros “.

O modo como estes atributos interferem no desempenho dos homens e das mulheres começou por suscitar interesse na tentativa de perceber o porquê de se ter determinado comportamento e no modo como é valorizado (Unger, 1986; Deaux, 1990, in Poeschl, 2003).

Às primeiras constatações foram-se sucedendo outras, como por exemplo as mulheres avaliarem como sendo de melhor qualidade a tarefa que foi executada por um homem do que uma tarefa supostamente executada por uma mulher (Goldberg, 1968, in Poeschl, 2003). Ou, quando uma tarefa pertence ao âmbito masculino, a performance feminina é desvalorizada, enquanto numa tarefa feminina, não há diferença na avaliação da prestação masculina e feminina (cf. Deaux & LaFrance, 1998, in Poeschl, 2003). Mais se acrescenta, no caso de uma tarefa tradicionalmente masculina ser realizada com sucesso, atribui-se o êxito, no caso de um homem, ser devido às suas competências e no caso de uma mulher à sorte ou ao esforço. Contrariamente, em que a tarefa seja tradicionalmente feminina, não se observa diferença na avaliação da origem do sucesso (Deaux & Emswiller, 1974, in Poeschl, 2003).

As interferências dos estereótipos sexuais revelam-se ainda, nas respostas aos questionários de masculinidade e/ou feminilidade. Por norma, os indivíduos mencionam algo em função do que eles acham que devem responder enquanto homens ou mulheres e não sobre como realmente eles próprios pensam (Constantinople, 1986, in Poeschl, 2003).

As Teorias Sobre A Origem das Diferenças

A evolução destes estudos expandiu-se ao nível social e cultural, nas estruturas e papéis sociais, nas desigualdades de estatuto e de poder (Deaux & LaFrance, 1998). Destacam diferenças de estatuto e poder do homem e da mulher na sociedade e salientam que desequilíbrios de posições afetam o carácter das suas interações. (Poeschl, 2003).

O estatuto emite a sensação de superioridade de alguns indivíduos e/ou grupos, enquanto o poder refere, normalmente, o controlo que podem exercer sobre os outros (Deaux & LaFrance, 1998 in Poeschl, 2003). Ao desequilíbrio de posições é referido também ao facto do homem ter mais poder do que a mulher no que respeita à esfera pública (cf. Amâncio & Nogueira, 1995 in Poeschl 2003) ou à esfera privada (Kellerhals, Troutot & Lazega, 1993 in Poeschl, 2003).

No contexto da noção constitucional de família, atualmente a legislação portuguesa defende que homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades e um acesso não discriminado, sem limitações, a áreas como no trabalho, na política, na cultura, na educação e na vida familiar (Oliveira 2010) aclamando a uma ideologia igualitária e não discriminatória (Alvim, 2006, in Oliveira 2010).

Contudo, a família baseia-se no sexo e nas suas diferenças (Afonso, 2003) e na sua maioria as práticas familiares revelam-se como produto de desigualdades entre os conjugues. A diferença de poder entre os casais de certo modo vai contra a ideologia criada (Poeschl, 2003).

Surpreendentemente, estudos revelam que tanto homens como mulheres consideram a organização das práticas familiares como justas, equitativas e satisfatória (Baxter & Western, 1998; Muller, 1998; Roux, 1999, in Poeschl & Silva 2001 2001). Este paradoxo tem sido alvo de várias explicações. O predomínio das desigualdades pode explicar-se pelo maior poder que os homens em geral exercem na sociedade, como não menos importante, pela expectativa divulgada de que eles tenham realmente mais poder (Felmlee, 1994). Alguns estudos concluem que a noção de justiça poderia ser vista de forma diferente (Gilligan, 1982), injustiça não significa necessariamente desigualdade, e vice-versa, sendo

então considerada como legítima a repartição desigual de tarefas no seio familiar (Roux, 1999, in Poeschl & Silva 2001).

Explicações baseadas no conceito de Poder na Família

O conceito de poder na família verifica-se como sendo outra das explicações teóricas para esta desigualdade (Allen & Hawkins, 1999; Kranichfeld, 1987; Poeschl, 2000; 2007; Poeschl *et al.*, 2006). Para Kranichfeld (1987), o processo de decisão apresenta-se como um dos aspetos do poder conjugal, afirmando ainda que algumas mulheres poderiam não estar interessadas em tomar certo tipo de decisões (Kranichfeld, 1987; Kellerhals, Troutot, & Lazega, 1993, in Poeschl, 2007).

Para Poeschl (2003) são vários os níveis de poder familiar, sendo o processo de decisão, apenas um desses níveis. Num estudo realizado em Portugal, acerca dos domínios de decisão os resultados apontaram para uma visão tradicional dos papéis de género, evidenciando um maior domínio das mulheres no que respeita às decisões alusivas aos filhos e à casa, enquanto os homens preservariam a sua autoridade em áreas relacionadas ao orçamento, lazer e gestão familiar (Poeschl, 2000).

Outros estudos apontam para uma internalização das explicações de género e uma crença nessas ideologias (Poeschl, 2010). As mulheres ao cumprirem com o trabalho doméstico demonstrariam a sua feminilidade (Poeschl, 2007), enquanto os homens, ao não realizarem as tarefas domésticas e/ou familiares demonstrariam a sua masculinidade (West & Zimmermann, 1987, in Poeschl, 2010). Numa relação na qual o homem não detivesse poder, esta seria menos aceite socialmente e menos satisfatória para o casal (Felmlee, 1994, in Poeschl, 2000). Neste sentido, os homens seriam desaprovados, socialmente, se não fossem considerados os “chefes de família” (Poeschl *et al.*, 2006). Perante todo o processo de interação familiar, as mulheres influenciam e modelam os comportamentos das gerações seguintes (Kranichfeld, 1987), visto serem responsáveis pela maior parte dos cuidados investidos na família, do nascimento até à morte (Kranichfeld, 1987).

As investigações sobre o tema, de modo geral, concluem que o poder na família compreende unicamente capacidades, recursos e estatutos fora do contexto familiar em vez da adoção e a aquisição de competências dirigidas para os elementos do relacionamento. Para Kranichfeld, o poder na família consiste na capacidade que o/os membros da família têm em alterar os comportamentos, pensamentos e afetos dos outros elementos do agregado familiar (Kranichfeld, 1987).

Seguindo esse raciocínio, as mulheres tenderiam a manter o tradicionalismo das práticas familiares agarradas à ilusão de que possuem poder dentro da família e também na sociedade (Pleck, 1985; Larson, Richards & Perry-Jenkins, 1994; Ferree, 1999; Poeschl, 2003^a; Poeschl, Múrias & Costa, 2004, *in* Afonso & Poeschl, 2006; Poeschl et al., 2006). Para conservar o seu poder no meio familiar, algumas mulheres impossibilitam e resistem a participação masculina no trabalho familiar, a este fenómeno designa-se por “*female gatekeeping*” (Poeschl, 2007). Esse intuito em manter as práticas familiares poderia explicar o porquê que as mulheres se encontram dispostas a acreditar, bem como os homens, na existência de diferenças naturais entre os sexos (Afonso & Poeschl, 2006).

A Mulher e a Família depois da Revolução Industrial

A Revolução Industrial é considerada uma referência no que respeita aos aspetos ligados à família (Segalen, 1996; Tilly & Scott, 1987; Nielsen, 1990 *in* Silva, 1999).

"Entre 1780 e 1850, uma revolução sem precedentes e de grande alcance mudou a face da Inglaterra. Desde então o Mundo nunca mais foi o mesmo." (Cipolla, p.329,1974).

A atividade industrial no século XIX tornou-se uma atividade a tempo inteiro para muitas das mulheres casadas. O drama na impossibilidade em conciliar os papéis de permanecer em casa a desempenhar as tarefas domésticas e a possibilidade de obter um emprego remunerado na indústria torna-se frequente. O sistema fabril torna-se, assim, um forte obstáculo às mulheres com obrigações nas tarefas familiares, dificultando beneficiar das oportunidades inerentes ao surgimento da industrialização, nomeadamente os melhores empregos. Ao sujeitar-se apenas a um salário, a mulher passa a desempenhar tarefas não especializadas, temporárias e mal pagas (Tilly & Scott, 1987).

Nesse mesmo período o salário surge como escala do valor do trabalho e conduz à subalternização da posição da mulher na família devido a uma progressiva desvalorização das tarefas domésticas e familiares "*Ainsi la dévalorisation du travail domestique est un fait historique lié au développement d'une société dont les valeurs sont orientées vers la productivité, l'efficacité, le machinisme et la robotisation.*" (Segalen p.211,1996 *cit.* *in* Silva 1999). Inicia-se também uma clarificação da divisão do trabalho e alterações na forma como homem e mulher valorizam o seu trabalho e a sua contribuição para a família "*Une productivité accrue et une augmentation des salaires masculins, produisirent une division du travail plus marquée et une différenciation des activités au sein de la famille*" (Tilly & Scott p.264, 1987, *cit.* *in* Silva). Estas alterações, como explica Saraceno (1987),

correspondem a uma reformulação mais clara do que deverão ser os deveres e as áreas do homem e da mulher no interior da família.

No entanto, em Portugal, as transformações foram-se dando morosamente. A economia portuguesa não garantia sequer emprego à mão de obra qualificada (Mónica, 1986). A má situação económica da sociedade Portuguesa leva a mulher da classe operária a procurar emprego na indústria. A entrada das mulheres no mercado de trabalho é vista como concorrencial. Uma vez que os seus salários são inferiores, por vezes metade do que o homem ganha, é mais solicitada do que a mão-de-obra masculina, por ser mais barata (Mónica & Matos, 1981).

Se por um lado a revolução industrial destrói a família como unidade produtiva, agrava a situação da mulher casada (e não só) do povo "Milhares de mulheres e crianças fazem a sua entrada em fábricas e minas, onde trabalham em condições desumanas muitas horas do dia e da noite, 12 a 15 horas" (Palia, s.d.: 31) também origina uma classe média próspera. Esta nova classe média vai atribuir à mulher um papel de ornamento onde planejar o casamento constitui a principal atividade das mulheres solteiras que, para isso, são educadas em casa junto de amas ou preceptoras. As casadas deverão supervisionar o trabalho da casa, pois apenas foram educadas para tornar mais agradável a vida dos seus maridos.

Desta forma, ficam as mulheres das classes mais abastadas afastadas da vida ativa. A sua ação fora do lar resume-se sobretudo a obras de caridade ou beneficência que de certa forma constituem um símbolo do estatuto social do marido e da família (Palia, opus cit.). Ilustrativa desta situação é a descrição que Cecília Barreira apresenta sobre a burguesia feminina de Lisboa entre 1890 a 1930 e que de certa forma pode ser generalizada a todas as mulheres de então.

Torna-se crucial compreender o significado de ser mulher e refletir sobre o papel feminino na sociedade. É essencial adotar uma postura interventiva, rejeitar as desigualdades como algo natural ou demorado e insistir na sua problematização. Paralelamente, o pensamento crítico das mulheres sobre as mulheres deve ser desenvolvido.

Este princípio já foi defendido por Alice Paul (1923, em *The National Women's History Project*), "*I always feel the movement is sort of a mosaic. Each of us puts in one little stone, and then you get a great mosaic at the end.*"

Análise das particularidades da situação vivida em Portugal

Partilhando o ponto de vista expresso por Mónica (1986), faz-se necessário destacar algumas particularidades da situação vivida, sobretudo pelas mulheres, em Portugal durante o período em questão.

De acordo com Mónica (1986), a economia portuguesa não era capaz de garantir emprego sequer à mão de obra qualificada. Esta fragilidade económica resultava numa população operária isolada, analfabeta e mergulhada na miséria, incapaz de melhorar as suas condições de vida (Mónica, 1986: 207). Este cenário de adversidade económica forçou muitas mulheres das classes operárias a buscar emprego na indústria como forma de complementar a renda familiar. Contudo, a entrada dessas mulheres no mercado de trabalho era alvo de forte resistência, especialmente por parte dos homens, que as responsabilizavam, juntamente à mecanização, pela crise laboral.

A ideologia do Estado Novo reforçava e legitimava a divisão tradicional dos papéis de género, atribuindo à mulher o espaço do lar e ao homem o espaço público. O homem era reiteradamente investido como chefe de família, enquanto a mulher, mesmo quando necessária no mercado de trabalho, era relegada às funções domésticas e familiares. A legislação vigente restringia ainda mais os direitos femininos, caso as mulheres assumissem funções que tradicionalmente não lhes eram destinadas.

Este contexto reflete uma estrutura social profundamente desigual, na qual as mulheres eram sistematicamente confinadas às esferas privada e familiar, com poucas oportunidades de ascensão económica ou social. Ao mesmo tempo, evidencia como os discursos ideológicos da época sustentavam e perpetuavam tais desigualdades.

Implicações do COVID-19 nas Práticas Familiares

Estudos mais recentes têm investigado como a pandemia de COVID-19 alterou as práticas e dinâmicas familiares, com especial ênfase na reorganização das tarefas domésticas, nas decisões tomadas pelo núcleo familiar e nas implicações emocionais dessa mudança.

A sobreposição entre o trabalho remoto e as responsabilidades com o lar – especialmente para mulheres, evidenciou uma sobrecarga significativa.

Okamoto, dos Santos e Emidio (2024) demonstraram, por meio de entrevistas com mães de classe média, que o isolamento social intensificou as desigualdades de género na

divisão das tarefas domésticas, contribuindo para sentimentos de sobrecarga, culpa e até mesmo uma crise identitária no exercício da maternidade.

A reorganização das práticas familiares não ocorreu sem consequências no bem-estar psicológico dos membros. A necessidade de conciliar múltiplos papéis, como ser mãe, esposa e profissional simultaneamente, tem sido associada a um aumento dos níveis de stress e ansiedade, além de conflitos interpessoais que, por sua vez, afectam a coesão familiar. Em alguns estudos, o stress decorrente da sobrecarga de tarefas domésticas e das decisões familiares difíceis foi correlacionado a uma sensação de isolamento emocional.

Além disso, pesquisadores observaram que, em alguns contextos, as próprias estratégias de resolução, como a redistribuição informal das tarefas entre os membros da família, podem funcionar como recursos protetores, ainda que, na ausência de suporte institucional, as mudanças revelem a necessidade de políticas públicas que promovam a corresponsabilidade e o suporte psicológico (Silva, Lordello, Schmidt e Mieto (2020).

A literatura ressalta a importância de reconhecer e abordar as desigualdades de gênero e os desafios emocionais impostos pela pandemia, bem como a necessidade de intervenções terapêuticas e políticas públicas que apoiem as famílias na reorganização de suas práticas diárias (Spínola, S. M. C., 2021).

Método

Amostra

No presente estudo participaram 165 indivíduos, 85 do sexo masculino e 80 indivíduos do sexo feminino. Os respondentes compreendiam idades entre os 18 e os 85 anos, sendo a média de idades de 35 anos.

Relativamente ao estado civil, 52 indivíduos solteiros representando a média de 24.7% homens e 38.8% mulheres, 89 indivíduos casados representando a média 58.8% homens e 48.8% mulheres, 17 em união de facto, 11.8% homens e 8.8% mulheres, 5 divorciados, 2.4% homens e 3.8% mulheres e 2 viúvos representando a média 2.4% de homens.

No que diz respeito ao número de filhos, 37.6% do total dos respondentes não têm filhos, 24.8% tem 1 filho, 32.7% tem 2 filhos, 4.2% tem 3 filhos e 0.6% tem 4 filhos.

Em relação ao grau de escolaridade dos respondentes 1.5% referiu ter o 4º ano/classe, 13.3% o ensino básico, 40.0% ensino secundário, 28.5% ensino superior. Do total da amostra 17% não responderam.

Quanto à profissão, 1.3% são donos de empresa, 8.5% pertencem ao quadro superior, 7.9% a uma profissão liberal, 6.7% ao quadro médio, 19.4% são empregados de escritório, 1.8% empregado de comércio, 4.8% são operários especializados, 38.2% pertencem a trabalhadores não qualificados, 1.8% estudantes, 0.6% doméstica, 1.8% reformado e 2.4% desempregado. No total da amostra 4.8% não responderam.

Sendo que, 98.2% são de nacionalidade portuguesa e 1.8% de nacionalidade estrangeira.

A zona de residência dos indivíduos, 70.9% corresponde a Braga, 0.6% Leiria, 10.3% Lisboa, 5.5% Portalegre, 10.3% Porto, 1.2% Vila real, 0.6% estrangeiro e 0.6% não responderam a esta questão.

Quanto à religião, 87.9 pertencem à religião católica, 0.6% pertencem a outra religião, 6.1% referem não ter religião e 5.5% não responderam.

Questionário

Na presente investigação utilizámos como instrumento de pesquisa um questionário em suporte físico de cinco páginas (ver Anexo), que comportava quatro versões.

Na primeira página apresentava a instrução geral que era a seguinte:

“Este questionário insere-se numa investigação que está a ser realizada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto relativa às práticas familiares. Agradecemos que respondesse às questões que se seguem, no sentido de nos ajudar a entender o modo como são percecionadas estas práticas.

Não se trata de um teste de avaliação, pelo que não existem respostas corretas ou erradas. O importante é que responda de forma espontânea a todas as questões. O questionário é anónimo e confidencial, destinando-se apenas à investigação científica.

Pedimos que leia com atenção cada uma das afirmações e as opções de resposta disponíveis, assinalando com um X o algarismo que melhor corresponde à sua opinião. No final verifique, por favor, se respondeu a todas as perguntas para que possamos usar as suas respostas na investigação.”

O questionário apresentava uma fotografia, correspondendo a um casal que não existe na realidade, com expressões faciais de neutralidade. Ao lado da fotografia era apresentado o seguinte texto:

“O António e a Maria são casados há 11 anos. Têm 2 filhos, um de quatro anos e um de dez meses”. Consoante as condições experimentais, o texto continuava indicando:

a) A Maria é diretora do Departamento de Recursos Humanos de uma empresa multinacional importante. O António fica em casa para cuidar das crianças e do trabalho doméstico; (b) O António é diretor do Departamento de Recursos Humanos de uma empresa multinacional importante. A Maria fica em casa para cuidar das crianças e do trabalho doméstico.

Cada um dos dois textos indutores era, por sua vez, seguido do pedido de descrever ou o António ou a Maria.

O nome dos cônjuges foi escolhido devido à sua frequência na população Portuguesa e a sua profissão por ser um cargo de grande destaque social e responsabilidade. O tempo de relacionamento do casal traduzia alguma estabilidade na relação, o número e idade dos filhos foram escolhidos por uma das crianças já ter idade de estar na pré-escola e a outra ainda ser bebé, requerendo mais cuidados do casal.

Por baixo da fotografia, apresentávamos uma lista de 20 traços de personalidade, sobre os quais os respondentes deviam exprimir a sua opinião (1 = totalmente improvável; 7 = totalmente provável):

a) 10 proposições relativas à necessidade de poder que foram retiradas do Fator: Sucesso, Poder e Competição (O'Neil, Helms, Gable, David & Wrightsman, 1986, in Silva, 1999). Algumas destas proposições já tinham sido aplicadas na população portuguesa por Poeschl e Serôdio (1998): *“Tem a noção de que ter dinheiro faz parte de uma pessoa bem-sucedida”*; *“Luta por ter mais êxito do que os outros”*; *“Pensa que ser mais esperta ou mais forte do que os outros é importante”*; *“Pensa que vencer é uma medida do seu mérito e do seu valor como pessoa”*; *“Por vezes define o seu valor pessoal pelo sucesso da sua carreira”*; *“Pensa que subir na carreira é importante”*; *“Sente frequentemente que precisa de ser responsável pelos que o rodeiam”*; *“Gosta de se sentir superior aos outros”*; *“Avalia a importância dos outros pelo seu nível de realização e sucesso”*; *“Pensa que competir é a melhor forma de ter sucesso”*.

b) 10 traços de personalidade: cinco comunais (*“flexível”*, *“sensível”*, *“leal”*, *“paciente”*, *“compreensivo/a”*) e cinco agênticos (*“ambicioso/a”*, *“tem capacidade de liderança”*, *“corajoso/a”*, *“forte”*, *“resistente”*) também retirados de Silva (1999) e provenientes de um estudo realizado por Poeschl (1996).

Em seguida, pedíamos aos respondentes a sua opinião relativamente ao grau de participação (0% - 100%) do cônjuge nas seguintes oito decisões familiares retiradas de Poeschl (2000) e de Silva (1999) que deviam representar o grau de poder no casal do

cônjuge: “*Comprar um carro*”; “*Decidir qual o local de residência da família*”; “*Escolher o número de filhos desejados*”; “*Escolher uma escola para os filhos*”; “*Fixar o orçamento das férias*”; “*Renovar o mobiliário da sala*”; “*Decidir de contrair um empréstimo bancário*”; “*Dar uma formação desportiva ou cultural aos filhos*”.

Na quarta página do questionário era pedido aos respondentes de transmitir (1 = discordo totalmente; 7 = concordo totalmente) o que eles próprios pensam sobre o cônjuge e como pensam que o cônjuge será visto pelos outros por meio de quatro afirmações baseadas na escala de avaliação pessoal afetiva retirada de Brescoll e Uhlmann (2005) que foram traduzidas para o efeito: “*António é um bom pai/Maria é uma boa mãe*”; “*António/Maria contribui de igual forma para o bem-estar da família*”; “*António/Maria é egoísta*”; “*A decisão de António/Maria em ficar em casa para cuidar das crianças e do trabalho doméstico é boa*”.

Também foi pedido aos respondentes de indicar o seu sentimento para o cônjuge, num “*feeling thermometer*” (0 = extremamente fria, 50 = morno, 100 = extremamente quente, (Brescoll & Uhlmann, 2005) e ainda de indicar, pensando sobre si próprio(a), a sua opinião (1 = discordo totalmente até 7 = concordo totalmente), sobre as seis seguintes afirmações retirados de Silva (1999) e Poeschl & Pinto (2001-2), destinadas a avaliar o seu nível de igualitarismo: “*Há atividades que correspondem mais às competências dos homens ou às competências das mulheres*”; “*Os homens e as mulheres têm interesses diferentes*”; “*Há diferenças psicofisiológicas entre homens e mulheres*”; “*Os homens e as mulheres têm competências diferentes*”; “*Por uma questão de princípio, o homem e a mulher devem partilhar as tarefas familiares*”; “*Por uma questão de princípio, no casal, o homem e a mulher devem partilhar o poder de decisão*”.

A última página do questionário, destinada à recolha de dados para caracterização da amostra, era constituída por um grupo de oito questões (*Sexo, Idade, Filhos, Estado Civil, Grau de Escolaridade, Profissão, Nacionalidade, Zona de Residência, Religião, Prática Religiosa, e Tendência Política*).

Procedimentos

Foi realizado um pré-teste com oito sujeitos, quatro pertencendo ao sexo feminino e quatro do sexo masculino, distribuídos igualmente por cada condição experimental, com o intuito de analisar a clareza das questões e efetuar possíveis correções necessárias. O pré-

teste do questionário não levou a nenhuma alteração visto que face ao preenchimento e compreensão do instrumento nenhum dos participantes apresentou qualquer dificuldade.

Os participantes foram contactados por um colaborador da investigação no qual facilitou a administração dos questionários através de uma amostragem não probabilística de “bola de neve”. Cada um dos participantes respondeu, individualmente, apenas a uma das quatro versões existentes do questionário.

Antes da administração do questionário foram ministradas elucidações gerais e específicas para o preenchimento do questionário. Incluía um termo de consentimento informado, garantindo o anonimato dos participantes. O questionário foi distribuído pessoal e aleatoriamente, durante um período de três semanas, entre [11.02.2014] e [04.03.2014].

Os dados foram analisados utilizando estatísticas descritivas e inferenciais no software SPSS. Foram calculadas médias e desvio padrão para descrever as variáveis quantitativas. Testes t para amostras independentes foram realizados para comparar as percepções de homens e mulheres. Além disso, uma análise temática foi conduzida para identificar padrões nas respostas abertas. Todos os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, seguidos de uma discussão alinhada aos objetivos da pesquisa.

Plano experimental

No Quadro 1 apresentamos a distribuição dos participantes. O plano experimental é um 2 (: Sexo dos respondentes: homens vs. mulheres) x 2 (Cônjuge: António vs Maria) x 2 (Ocupação: tem emprego; fica em casa), inteiramente inter-sujeitos. (ver Quadro1).

Quadro 1

A distribuição dos respondentes por condição experimental.

	António		Maria		Total
	Emprego	Em casa	Emprego	Em casa	
Homens	20	20	20	20	80
Mulheres	20	20	20	20	80
Total	40	40	40	40	160

Resultados

O Quadro 2 apresenta as dimensões que reúne itens atribuídos à pessoa-alvo, relativos à necessidade de poder, sucesso e competição. Foi retirado o item “*Sente frequentemente que precisa de ser responsável pelos que o rodeiam*” (ver Quadro 2).

Quadro 2

Necessidade de poder, sucesso e competição. Análise fatorial em componentes principais. Saturação, média, desvio-padrão, (1= totalmente improvável até 7= totalmente provável). Alpha de Cronbach.

Ítem	Fator	Média	Desvio Padrão
	1		
Luta por ter mais êxito do que os outros	,64	3,92	1,79
Pensa que competir é a melhor forma de ter sucesso	,74	3,71	1,76
Por vezes define o seu valor pessoal pelo sucesso da sua carreira	,74	3,70	1,76
Tem a noção de que ter dinheiro faz parte de uma pessoa bem-sucedida	,71	4,23	1,81
Pensa que subir na carreira é importante	,79	4,59	2,03
Pensa que ser mais esperta ou mais forte do que o outro é importante	,75	3,56	1,86
Pensa que vencer é uma medida do seu mérito e do seu valor como pessoa	,70	4,52	1,73
Avalia a importância dos outros pelo seu nível de realização e sucesso	,62	3,44	1,70
Gosta de se sentir superior aos outros	,63	2,87	1,87
% de variância explicada (Total = 50.39%)			
Alpha de Cronbach	0.87		

Foi realizada uma análise para identificar os principais fatores subjacentes aos itens relacionados à necessidade de poder, sucesso e competição. Apenas um fator principal foi extraído, explicando 50,39% da variância total, o que indica uma boa consistência dos itens em relação ao conceito medido.

O Alpha de Cronbach é 0,87, indicando alta confiabilidade na escala e uma boa coerência entre os itens.

Os itens apresentaram médias e desvios padrão variados, refletindo diferentes percepções dos participantes:

O item com maior média: "*Pensa que subir na carreira é importante*" (Média = 4,59, Desvio Padrão = 2,03). Este resultado sugere que a maioria dos participantes valoriza o crescimento profissional como uma medida de sucesso.

O item com menor média: "*Gosta de se sentir superior aos outros*" (Média = 2,87, Desvio Padrão = 1,87). Indica que os participantes tendem a rejeitar a ideia de superioridade como uma necessidade pessoal.

Os Itens intermediários: "*Tem a noção de que ter dinheiro faz parte de uma pessoa bem-sucedida*" (Média = 4,23) e "*Pensa que vencer é uma medida do seu mérito e do seu valor como pessoa*" (Média = 4,52) também tiveram médias acima de 4, sugerindo uma valorização moderada de fatores materiais e meritocráticos.

No que respeita à dimensão sobre a necessidade de poder, sucesso e competição, a análise de variância efetuada sobre os oito itens permitiu verificar a existência de uma diferença significativa entre as diferentes condições: sexo, conjugue e ocupação (ver Quadro 3).

Quadro 3

Médias atribuídas por Sexo, Conjugue e Ocupação nos traços de personalidade: necessidade de poder, sucesso e competição. Análise de Variância.

	Sexo		Conjugue		Ocupação	
	Masculino	Feminino	António	Maria	Casa	Trabalha
Necessidade de Poder, Sucesso e Competição	4,04	3,61	3,88	3,78	3,16	4,52

Análise de Variância.

	Sexo		Conjugue		Ocupação	
	F (,829)		F (5,08)		F (,00)	
	Masculino	Feminino	António	Maria	Casa	Trabalha
Necessidade de Poder, Sucesso e Competição	0.03		,60		,07	

Consideramos duas dimensões do papel de género: traços agênticos e traços comunais.

O teste de Esfericidade de Bartlett apresenta um $p\text{-value} < 0.001$ concluindo-se que as variáveis estão correlacionadas significativamente. A análise revelou uma estrutura fatorial com dois componentes.

Os homens apresentam uma maior média na dimensão "Necessidade de Poder, sucesso e Competição" do que as mulheres, sugerindo que os homens tendem a valorizar mais essas características.

Existe uma pequena diferença entre as médias atribuídas ao António e à Maria, com o António sendo avaliado ligeiramente mais alto.

No entanto a ocupação tem um impacto significativo: cônjuges que trabalham fora são avaliados com maior necessidade de poder, sucesso e competição do que aqueles que ficam em casa.

Verificamos que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias atribuídas a homens e mulheres na dimensão analisada (Sexo: F (0,829) → Não significativo). Contrariamente, entre as médias atribuídas ao António e à Maria são estatisticamente significativas. Isso indica que o género do cônjuge descrito influencia a percepção da sua necessidade de poder e sucesso (Conjuge: F (5,08) → Significativo).

A ocupação tem um efeito estatisticamente significativo. Cônjuges que trabalham fora são consistentemente avaliados com maior necessidade de poder e sucesso em comparação com aqueles que permanecem em casa (Ocupação: F (0,00) → Altamente significativo).

No Quadro 4, consideramos duas dimensões do papel de género: traços agênticos e traços comunais. O teste de Esfericidade de Bartlett apresenta um $p\text{-value} < 0.001$ concluindo-se que as variáveis estão correlacionadas significativamente. A análise revelou uma estrutura fatorial com dois componentes (ver Quadro 4).

Quadro 4

Dimensões extraídas pela análise fatorial em componentes principais. Saturação, média, desvio-padrão, percentagem de variância explicada dos itens (1= totalmente improvável até 7= totalmente provável). Alpha de Cronbach.

Item	Fatores		Média	Desvio Padrão
	1	2		
Ambicioso		,82	4,05	2,05
Com capacidade de liderança		,84	4,86	1,63
Compreensivo	,72		5,23	1,35
Corajoso	,67		5,43	1,42
Flexível	,81		4,93	1,47
Forte	,66		5,40	1,31
Leal	,83		5,28	1,46
Paciente	,84		5,12	1,45
Resistente	,74		5,47	1,21
Sensível	,74		4,95	1,59
% de variância explicada (Total = 66,78%)	46.60%	20.18%		
Alpha de Cronbach	0.79			

A interpretação dos dados revelou três principais pontos. Primeiro, foram identificadas duas dimensões: o Fator 1, denominado Liderança e Ambição (Traços Agênticos), que agrupa itens relacionados à assertividade, tomada de decisão e influência. Traços como "ambicioso" e "com capacidade de liderança" se destacaram, sugerindo que essas características são percebidas como centrais para o sucesso ou poder. Já o Fator 2, chamado Sensibilidade e Resiliência (Traços Comuns), reflete traços relacionados à empatia, estabilidade e adaptação, sendo "compreensivo", "leal" e "resistente" exemplos que indicam habilidades interpessoais e adaptativas.

Em segundo lugar, as implicações apontam que o alto valor da variância explicada (66,78%) demonstra que os dois fatores capturam com eficácia a essência dos traços avaliados. Além disso, a maior média geral em traços comuns, como "compreensivo" e "corajoso", sugere que os respondentes valorizam mais esses traços em comparação com os agênticos.

No que respeita à dimensão relativa aos traços de personalidade agênticos e comunais a análise de variância efetuada sobre os oito itens permitiu verificar a existência de uma diferença significativa entre as diferentes condições: sexo, conjugue e ocupação (ver Quadro 5).

Quadro 5

Médias atribuídas por Sexo, Conjugue e Ocupação nos traços de personalidade: Comunais e Agênticos.

	Sexo		Conjugue		Ocupação	
	Masculino	Feminino	António	Maria	Casa	Trabalha
Traços Agênticos	5,00	5,46	5,15	5,30	5,47	4,97
Traços Comunais	4,31	4,61	4,51	4,39	3,38	5,54

Análise de Variância.

	Sexo		Conjugue		Ocupação	
	Masculino	Feminino	António	Maria	Casa	Trabalha
Traços Agênticos	F (0.09)	0.005	F (0.35)	0.36	F (0.23)	0.00
Traços Comunais	F (1.27)	0.24	F (,63)	0.64	F (,07)	0.00

De acordo com a análise obtida, observa-se que, em relação aos traços agênticos, mulheres (5,46) são avaliadas com pontuações significativamente superiores às dos homens (5,00). Esse resultado pode refletir uma desconstrução de estereótipos tradicionais, indicando que as mulheres também são percebidas como ambiciosas e líderes. Quanto à ocupação, cônjuges que ficam em casa (5,47) são avaliados com mais traços agênticos do que aqueles que trabalham fora (4,97), um resultado que pode parecer contraintuitivo e requer uma análise cultural e contextual mais aprofundada.

Em relação aos traços comunais, as mulheres (4,61) são levemente mais associadas a esses traços do que os homens (4,31), embora a diferença não seja significativa. No entanto, trabalhar fora (5,54) está associado a uma maior atribuição de traços comunais em

comparação a ficar em casa (3,38). Esse dado pode sugerir que as contribuições externas são percebidas como mais empáticas ou colaborativas.

Nesta parte do questionário consideramos dois tipos de decisões: (1) decisões que envolvem os filhos e (2) decisões que carecem de acordo mútuo (ver Quadro 6).

Para verificar a existência desses tipos de decisões efetuamos uma análise fatorial em fatores principais. A análise fatorial extraiu dois componentes que separa alguns dos itens, sendo que a saturação de alguns itens não foi no fator esperado, o que pode significar que os sujeitos entendem as decisões no seio familiar de uma forma própria. A consistência interna dos dois componentes apresenta-se como sendo adequada ($\alpha = 0.89$) o que demonstra que os itens analisados medem uma dimensão coesa relacionada à tomada de decisão familiar.

O teste de Esfericidade de Bartlett apresenta um *p-value* < 0.001 concluindo-se que as variáveis estão correlacionadas significativamente.

Perante os resultados acima descritos, optamos por “forçar” o aparecimento de um único fator, apresentado no quadro 2.

Quadro 6. Dimensões extraídas pela análise fatorial em componentes principais. Saturação, média, desvio-padrão, percentagem de variância explicada dos itens (0% = não participa na decisão, 100% = decide tudo). Alpha de Cronbach.

	Fatores		
	1	Média	Desvio Padrão
Comprar um carro	,76	59,52	25,74
Decidir qual o local de residência da família	,86	59,15	22,44
Escolher o número de filhos desejados	,74	57,91	24,72
Escolher uma escola para os filhos	,68	57,84	22,52
Fixar o orçamento das férias	,85	57,55	24,73
Renovar o mobiliário da sala	,74	53,90	25,96
Decidir de contrair um empréstimo bancário	,82	54,87	27,16
Dar uma formação desportiva ou cultural aos filhos	,51	59,09	21,73
% de variância explicada (Total = 57.27%)			
Alpha de Cronbach	0.89		

A interpretação dos dados revela que a centralização das decisões apresenta médias que variam entre 53,90%, no caso do item "Renovar o mobiliário da sala", e 59,52%, no item "Comprar um carro". Esses valores indicam que a tomada de decisão é moderadamente distribuída, sem que nenhum item apresente domínio completo próximo de 100%.

Entre os itens analisados, aqueles com maior participação, como "Comprar um carro", "Decidir qual o local de residência" e "Dar uma formação desportiva ou cultural aos filhos", apresentam médias mais altas, o que sugere que essas decisões são mais frequentemente compartilhadas ou percebidas como mais importantes. Por outro lado, o item "Renovar o mobiliário da sala" apresenta a menor média (53,90%), indicando que essa decisão pode ser considerada menos prioritária ou frequentemente delegada a um dos cônjuges.

No Quadro 7, relativo às decisões familiares, verificamos que a escolha comprar um carro se destaca como sendo a decisão à qual, em média, os sujeitos atribuem uma maior percentagem (ver Quadro 7).

Quadro 7

Médias atribuídas por Sexo, Conjugue e Ocupação nas decisões familiares.

	Sexo		Conjugue		Ocupação	
	Masculino	Feminino	António	Maria	Casa	Trabalha
Decisões Familiares	56,22	58,81	56,46	58,55	52,23	62,78

Análise de Variância.

	Sexo (F 0,41)		Conjugue F (0,73)		Ocupação F (3,01)	
	Masculino	Feminino	António	Maria	Casa	Trabalha
Decisões Familiares	0.36		0.46			,00

A ocupação tem um efeito significativo, indicando que cônjuges que trabalham fora são percebidos como mais influentes nas decisões familiares.

Os resultados revelam que, na distribuição de decisões por sexo, homens e mulheres apresentam médias próximas, sugerindo que não existem percepções marcadamente diferentes de influência entre os gêneros nas decisões familiares. Em relação à diferença por cônjuge, embora Maria tenha uma média ligeiramente mais alta, a ausência de significância estatística indica que os cônjuges são percebidos como relativamente equilibrados em termos de influência nas decisões familiares.

Quanto ao impacto da ocupação, os cônjuges que trabalham fora, com uma média de 62,78, são avaliados como significativamente mais participativos em decisões familiares do que aqueles que ficam em casa, cuja média é de 52,23. Esse resultado pode refletir percepções de maior autonomia ou poder de decisão associado ao trabalho remunerado.

Discussão

Os resultados do Quadro 2 indicam que os participantes atribuem uma importância moderada a fatores como poder, sucesso e competição. Há uma maior valorização de aspectos relacionados ao esforço pessoal e crescimento (ex.: subir na carreira, meritocracia), enquanto aspectos como competição agressiva ou busca de superioridade pessoal são menos valorizados.

A maior média para o item sobre "subir na carreira" sugere que o sucesso profissional é uma representação forte de valor pessoal para os participantes. O menor valor para "gostar de se sentir superior aos outros" reflete uma menor aceitação de atitudes competitivas excessivas ou hierárquicas. Contudo é possível que diferenças individuais (sexo, ocupação ou condição experimental) influenciem a forma como os participantes percebem os itens.

Relativamente ao Quadro 3, embora os homens tenham maior média, a diferença não é significativa. Isso pode refletir que a percepção de poder e sucesso não está fortemente associada ao gênero dos participantes.

A avaliação do António como tendo maior necessidade de poder/sucesso pode estar relacionada a estereótipos de gênero, onde homens são mais frequentemente associados a papéis de liderança e sucesso.

A ocupação tem um impacto claro. Trabalhar fora está fortemente associado a traços de poder e sucesso, enquanto ficar em casa é percebido como menos relacionado a essas características.

A relação entre traços agênticos e comunais, representadas no Quadro 4, está profundamente ligada aos papéis de gênero e à maneira como esses traços são percebidos em diferentes contextos. Traços agênticos, como "ambicioso", "com capacidade de liderança" e "forte", têm sido historicamente associados ao masculino devido à sua ligação com papéis de poder e tomada de decisão. Essa percepção é sustentada por estereótipos de gênero que atribuem aos homens qualidades relacionadas à assertividade e ao domínio, refletindo expectativas de desempenho, especialmente em ambientes profissionais onde liderança e ambição são cruciais. Por outro lado, traços comunais, como "compreensivo", "leal" e "paciente", têm sido tradicionalmente atribuídos às mulheres, devido à sua associação com papéis de cuidado e suporte. Essas características são mais valorizadas em contextos familiares, onde a empatia e a resiliência são essenciais.

Essas diferenças de valorização tornam-se evidentes no impacto que esses traços têm em contextos familiares e profissionais. No ambiente familiar, traços comunais são mais destacados, especialmente no cuidado com crianças e na gestão emocional das relações, características frequentemente associadas à figura feminina. Em contrapartida, no ambiente profissional, traços agênticos ganham maior relevância devido à ênfase em liderança, competição e capacidade de resolver problemas, características historicamente ligadas ao masculino.

Essa dinâmica também apresenta desafios na transição entre contextos. Mulheres que ocupam posições de liderança enfrentam dificuldades para equilibrar as expectativas de demonstrar traços comunais no ambiente familiar e agênticos no profissional. Da mesma forma, homens que assumem papéis domésticos podem enfrentar estigmas e pressões para alinhar sua identidade a traços agênticos, mesmo quando estão em um papel que exige mais traços comunais. Esses desafios destacam a necessidade de uma compreensão mais flexível e inclusiva dos papéis de gênero em diferentes contextos.

As mulheres foram associadas a características como ambição e liderança, tradicionalmente ligadas ao masculino, sugerindo uma mudança nas representações sociais e uma maior aceitação de mulheres em papéis de destaque, especialmente no contexto profissional. Por outro lado, no Quadro 5, a presença de traços comunais nas avaliações de cônjuges masculinos reflete uma flexibilização dos estereótipos indicando uma crescente aceitação de homens em papéis que envolvem empatia e suporte, sobretudo no ambiente doméstico.

No que diz respeito às atribuições relacionadas à ocupação, a associação de traços comuns a cônjuges que trabalham fora desafia expectativas tradicionais, possivelmente porque o trabalho fora do lar exige habilidades interpessoais, como empatia e resiliência. No entanto, cônjuges que ficam em casa receberam menor atribuição de traços comuns, sugerindo uma persistente desvalorização das funções domésticas. Isso pode ser explicado pelo conceito de "cuidado invisível", onde o trabalho doméstico e o cuidado com a família, frequentemente associados às mulheres, são historicamente subestimados, apesar de requererem altos níveis de empatia e resiliência.

Essas percepções têm implicações significativas para as dinâmicas familiares. A atribuição de traços agênticos e comuns influencia a divisão de responsabilidades e o equilíbrio de poder entre os cônjuges. Por exemplo, cônjuges que trabalham fora podem ser vistos como mais aptos para tomar decisões importantes, enquanto aqueles que ficam em casa podem ser subestimados em termos de influência. Idealmente, uma dinâmica complementar entre traços agênticos e comuns seria promovida, favorecendo um equilíbrio saudável nas funções e na tomada de decisões familiares. Essa complementaridade poderia reduzir tensões e fomentar uma maior igualdade nas relações familiares, beneficiando todos os envolvidos.

Já no Quadro 6, os resultados revelam uma tendência de equidade na tomada de decisões familiares, com médias próximas entre os itens avaliados, sugerindo um compartilhamento das decisões entre os cônjuges. Essa percepção de igualdade pode refletir uma divisão moderada de poder, onde ambos os parceiros são vistos como participantes nas decisões importantes. No entanto, essa "equidade percebida" pode estar sujeita à influência de estereótipos de gênero, que ainda delegam maior responsabilidade a um dos cônjuges dependendo da natureza da decisão, como decisões financeiras associadas aos homens e decisões domésticas mais ligadas às mulheres.

As decisões compartilhadas, analisadas no Quadro 7, tendem a ser aquelas de maior impacto financeiro ou de longo prazo, como "comprar um carro" ou "decidir o local de residência", que apresentaram as médias mais altas. Isso reflete a importância e o compromisso mútuo em decisões que afetam significativamente o futuro da família. Em contraste, itens domésticos ou de menor visibilidade, como "renovar o mobiliário", apresentaram médias mais baixas, sugerindo que essas decisões podem ser delegadas a um dos cônjuges, geralmente à mulher, conforme indicam os estereótipos culturais. Esse achado

reforça a necessidade de reconhecer o impacto de decisões percebidas como "menores", que também desempenham um papel importante na dinâmica familiar.

O impacto do trabalho no poder de decisão familiar revela que cônjuges que trabalham fora de casa apresentam médias significativamente mais altas em participação nas decisões, sugerindo uma associação direta entre o trabalho remunerado e uma maior influência no contexto familiar. Esse resultado pode ser explicado pelo acesso a recursos financeiros, que frequentemente confere maior autonomia e poder decisório. Além disso, a ocupação fora de casa pode ser vista como um indicador de exposição social e de habilidades decisórias transferíveis para o ambiente doméstico. No contexto cultural português, o trabalho remunerado é amplamente valorizado, reforçando a percepção de que aqueles que contribuem financeiramente para a família devem desempenhar um papel mais ativo nas decisões importantes.

Em termos de percepções igualitárias, observa-se uma tendência geral de equilíbrio entre homens e mulheres. Embora existam diferenças sutis entre as médias dos dois gêneros, essas diferenças não são significativas, sugerindo que o poder de decisão não está fortemente centralizado em um único gênero. Isso reflete uma mudança gradual nas normas tradicionais de gênero. A análise específica de António e Maria também indica uma representação equilibrada na participação de decisões familiares, com médias próximas entre ambos. Tal equilíbrio pode ser interpretado como um reflexo de valores mais igualitários na divisão de responsabilidades dentro do ambiente familiar.

Entretanto, desafios culturais persistem, especialmente em relação às configurações familiares tradicionais e modernas. Em famílias que ainda seguem papéis de gênero rígidos, a ocupação fora de casa é frequentemente vista como um marcador de maior autoridade nas decisões familiares. Por outro lado, em configurações modernas, onde ambos os cônjuges trabalham fora, a distribuição de poder tende a ser mais equilibrada. Contudo, mesmo nesses casos, podem persistir percepções arraigadas de que certas decisões estão sob a responsabilidade do "provedor principal", refletindo resquícios de normas tradicionais ainda presentes na cultura portuguesa. Esses resultados evidenciam a necessidade de explorar mais profundamente como o trabalho remunerado e as normas culturais influenciam as dinâmicas de poder nas famílias contemporâneas.

Apesar das médias equilibradas observadas, é importante reconhecer as desigualdades subjacentes. Mesmo em um cenário de decisões aparentemente compartilhadas, um dos cônjuges pode exercer maior influência, especialmente em decisões

financeiras ou relacionadas a bens duráveis, onde o provedor principal tende a prevalecer. Esses fatores invisíveis, como renda, nível educacional e status ocupacional, podem impactar diretamente a percepção de poder e precisam ser explorados em análises futuras para compreender melhor as dinâmicas de tomada de decisão familiar.

O contexto cultural português, onde a família ocupa uma posição central, influencia diretamente a percepção de equidade nas decisões. Embora a cultura promova o esforço conjunto nas decisões familiares, os papéis tradicionais de gênero ainda moldam o tipo de decisão liderada por cada cônjuge. Em Portugal, a valorização do trabalho remunerado e do cuidado familiar cria um equilíbrio aparente na percepção de tomada de decisão, mas este permanece parcialmente ancorado em normas culturais tradicionais. No entanto, mudanças sociais e econômicas, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a evolução das configurações familiares, têm contribuído para uma maior igualdade nas decisões, especialmente em itens que antes eram predominantemente atribuídos aos homens.

Comparações com estudos anteriores reforçam essas tendências. Pesquisas realizadas em outros países europeus mostram que decisões financeiras ou de grande impacto são frequentemente compartilhadas, enquanto decisões domésticas tendem a ser delegadas a um dos cônjuges. Estudos como os de Poeschl (2000) e Silva (1999) confirmam que a percepção de poder na tomada de decisão está intimamente ligada a fatores como gênero e ocupação. Em contextos culturais onde as hierarquias familiares são mais rígidas, as médias de participação tendem a ser mais desiguais, com homens liderando a maioria das decisões significativas.

Conclusão

Neste estudo, em termos globais, pretendemos conhecer de que forma as representações sociais e as práticas familiares diferenciam entre os casais tradicionais e não tradicionais.

Evidenciam-se tendências significativas nas percepções de poder, gênero, trabalho e divisão de responsabilidades nas famílias. Em geral, observa-se uma percepção moderadamente equilibrada na participação de homens e mulheres em decisões familiares, indicando uma tendência de maior igualdade de gênero em contextos familiares e profissionais. Essa equidade percebida é reforçada pelos traços agênticos e comunais atribuídos a ambos os cônjuges, sugerindo uma flexibilização de estereótipos de gênero.

Os dados mostram que cônjuges que trabalham fora são consistentemente associados a maior influência e participação em decisões familiares, destacando o papel central do trabalho remunerado como marcador de autonomia e poder no contexto doméstico. Ainda assim, traços agênicos, como liderança e ambição, continuam sendo associados mais frequentemente ao masculino, embora as mulheres também tenham sido avaliadas com esses traços em níveis elevados. Por outro lado, traços comunais, tradicionalmente femininos, foram valorizados em ambos os contextos – familiar e profissional –, sinalizando uma mudança cultural que reconhece a importância do equilíbrio entre eficiência e empatia.

A análise das decisões familiares revelou que itens de grande impacto financeiro ou estrutural, como "comprar um carro" ou "decidir o local de residência", tendem a ser mais compartilhados entre os cônjuges, enquanto decisões consideradas menores, como "renovar o mobiliário", são mais frequentemente delegadas a apenas um parceiro. Esse padrão reflete a valorização cultural de decisões de longo prazo, mas também aponta para desigualdades subjacentes no reconhecimento de responsabilidades cotidianas.

A cultura portuguesa, que valoriza fortemente a família e os papéis sociais associados, influencia significativamente essas percepções, promovendo um equilíbrio na divisão de responsabilidades. No entanto, normas tradicionais ainda persistem, especialmente na menor valorização do trabalho doméstico e não remunerado. Por outro lado, mudanças econômicas e sociais têm vindo a promover uma evolução nessas percepções, aproximando-as de configurações mais igualitárias.

Reflexão Final

Torna-se importante refletir sobre algumas limitações deste estudo. Nomeadamente sobre a representatividade da amostra, a influência de estereótipos, o método de recolha de dados, a limitação do cenário experimental e o foco nas percepções e não nas práticas.

A amostra pode não ser representativa de toda a população portuguesa, especialmente em termos de variáveis demográficas como nível socioeconômico, educação, idade ou região geográfica. Isso pode limitar a generalização dos resultados para outras populações ou contextos culturais.

As respostas podem refletir estereótipos culturais ou sociais internalizados pelos participantes, em vez de percepções genuínas, onde as normas sociais desempenham um papel significativo.

O uso de questionários físicos pode introduzir viés nas respostas, como a deseabilidade social ou erro na interpretação, os participantes podem ter respondido de maneira a alinhar-se ao que consideram socialmente aceitável ou desejável e/ou algumas questões podem ter sido interpretadas de maneira diferente pelos participantes, influenciando a consistência das respostas.

A descrição fixa dos cenários experimentais (António e Maria, as suas ocupações e responsabilidades familiares) pode não capturar a complexidade das configurações familiares reais. Isso pode reduzir a aplicabilidade dos resultados a famílias que não correspondam a esses perfis.

O estudo analisa percepções sobre poder e divisão de responsabilidades, mas não verifica se essas percepções correspondem às práticas reais dentro das famílias. Isso pode criar uma lacuna entre a teoria (o que os participantes acreditam) e a prática (o que realmente ocorre).

Conclui-se que um modelo ideal de dinâmica familiar combina traços agênicos e comunais, promovendo decisões mais colaborativas e equilibradas. É necessário, porém, um maior reconhecimento das contribuições invisíveis de cônjuges que desempenham papéis não remunerados, bem como o fortalecimento de iniciativas que promovam igualdade de gênero e maior valorização das responsabilidades familiares. Apesar do progresso observado em direção a relações mais igualitárias, os dados também evidenciam desafios culturais e estruturais que ainda precisam ser superados, oferecendo uma base importante para reflexões futuras sobre a divisão de poder e responsabilidades nas famílias contemporâneas.

Referencias Bibliográficas

- Afonso, R. (2003). Representações do impacto da situação de emprego e desemprego nas práticas familiares “– O meu marido ajuda-me muito mas eu é que faço tudo” [Tese de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto]. Universidade do Porto.
- Afonso, R., & Poeschl, G. (2005). Representações do impacto da situação de emprego e desemprego nas práticas familiares: O meu marido ajuda-me muito, mas eu é que faço tudo. *Iberpsicologia: Revista Electrónica da Federação Espanhola de Associações de Psicologia*, 10 (1).
https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=82603
- Afonso, R., & Poeschl, G. (2006). Representações do impacto da situação de desemprego nas práticas familiares. *Revista de Psicologia Social*, 21 (3), 241–258.
DOI: [10.1174/021347406778538221](https://doi.org/10.1174/021347406778538221)
- Baudelot, C., & Establet. (1992). *Todos os preenchimentos!* Éditions du Seuil.
- Beauvoir, S. (1987). *O segundo sexo* (2ª ed.). Bertrand Editora.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14 (28), 125–137.
<https://www.scielo.br/j/paideia/a/v5LHqbWSsgTcDDy3XhrYVRv/?lang=pt&format=html>
- Cipolla, CM (1974). *História econômica da Europa pré-industrial*. Edições 70.
- Coltrane, S. (2000). Pesquisa sobre trabalho doméstico: Modelagem e medição da inserção social do trabalho familiar de rotina. *Journal of Marriage and Family*, 62 (4), 1208–1233.
- Costa, S., & Santos, SM (1997). *Estereótipo da mulher em Portugal e sua relação com a discriminação sexual no trabalho*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Doise, W. (1984). Níveis de análise no estudo experimental de relações intergrupais. Em R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Representações sociais* (pp. 255–268). Cambridge University Press.
- Doise, W., Cardeira, E., Moscovici, S., & Alves, A. (1984). A articulação psicossociológica e as relações entre grupos.

- Doise, W. e Mugny, G. (2002). *Psicologia social e desenvolvimento cognitivo* (F. Duarte, Trans.). Instituto Piaget.
- Duveen, G., & Lloyd, B. (1990). *Representações sociais e o desenvolvimento do conhecimento*. Cambridge University Press.
- Duveen, G., & De Rosa, AS (1992). Representações sociais e a gênese do conhecimento social. *Papers on Social Representations, 1*, 94–108.
- Duveen, G. (2001). *Representações sociais: Explorações em psicologia social* (S. Moscovici & G. Duveen, Eds.). Imprensa da Universidade de Nova York.
- Duveen, G. (2003). Introdução: O poder das idéias. Em S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 7–28). Vozes.
- Eagly, A. (1987). *Diferenças sexuais no comportamento social: Uma interpretação do papel social*. LEA.
- Farr, RM (1994). Representações sociais: A teoria e sua história. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Eds.), *Textos em representações sociais* (pp. 31–59). Vozes.
- Felmlee, D. (1994). Quem está no topo? Poder nos relacionamentos românticos. *Papéis sexuais, 31*.
[Observação: As páginas não constam na referência original.]
- Gilligan, C. (1982). *Em uma voz diferente: teoria psicológica e desenvolvimento das mulheres*. Cambridge University Press.
- Grize, JB (2001). Lógica natural e representações sociais. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 123–137). UERJ.
- Jodelet, D. (1989). *Folha e representações sociais*. PUF.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. Em D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17–44). UERJ.
<https://www.researchgate.net/publication/324979211>
- Jodelet, D. (2011). Ponto de vista: Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica. *Temas em Psicologia, 19* (1), 19–26.
<https://www.researchgate.net/publication/317462842>
- Kranichfeld, ML (1987). Repensando o poder familiar. *Journal of Family Issues, 8* (1), 42–56.
- McKee, J., & Sheriffs, A. (1957). A educação diferencial de homens e mulheres. *Journal of Personality, 35* (3), 356–371.

- Mónica, MF, & Matos, LS (Org.). (1981). Inventário da imprensa operária. *Análise Social*, (67–68–69). <https://www.jstor.org/stable/41010293>
- Mónica, MF (1986). *Artesãos e operários*. Instituto de Ciências Sociais.
<https://www.jstor.org/stable/41010293>
- Moscovici, S. (1976). *Influência social e mudança social* (Vol. 10). Academic Press.
- Moscovici, S. (1988). Notas para uma descrição das representações sociais. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211–250.
http://www.euophd.net/sites/euophd/files/images/onda_2/07/27th_lab/scientific_materials/pop/moscovici_1988.pdf
- Moscovici, S. (2003). A aparência das representações sociais. Em S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 29–109). Vozes.
- Moscovici, S., & Duveen, G. (2000). *Representações sociais: Explorações em psicologia social*. Polity.
- Nielsen, JM (1990). *Sexo e gênero na sociedade: Perspectivas sobre estratificação* (2ª ed.). Waveland Press.
- Oliveira, J. (2010). *Igualmente diferentes: Conheça seus direitos! Projeto + Igualdade. Espaço Con(tacto)*. Portodesign.pt.
- Oliveira, NCG de. (2010). *Representações sociais de gênero e seu impacto nas práticas familiares* [Edição do autor].
- Okamoto, M. Y., dos Santos, M. A., & Emidio, T. S. (2024). *Mães em quarentena: Maternidade em tempos de isolamento social decorrente da COVID-19*. *Psicologia Estudos*, 29, e55777. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v29i1.55777>
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: Práticas, normas e ideais. *Análise Social*, 695–719. <https://www.jstor.org/stable/41011454>
- Poeschl, G., & Silva, A. (2001). Efeito das relações nas diferenças entre os sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares.
https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=82671
- Poeschl, G. (2003). Teoria das representações sociais. Em JF Morales & C. Huici (Eds.), *Estudios de psicología social* (pp. 439–466). UNED.
- Poeschl, G., Pinto, I., Múrias, C., Silva, A., & Ribeiro, R. (2006). Representações de práticas familiares, crença em diferenças sexuais e sexismo. *Sex Roles*, 55 (1–2), 111–121.
https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=81831

- Poeschl, G. (2007). O que a organização familiar nos diz sobre justiça e poder nos relacionamentos conjugais. *Social and Personality Psychology Compass*, 1 (1), 557–571.
- Poeschl, G. (2008). Normas sociais e o sentimento de justiça sobre práticas familiares desiguais. *Social Justice Research*, 21, 69–85.
- Poeschl, G. (2010). Desigualdades na divisão do trabalho familiar, sentimento de justiça e processos de comparação social. *Análise Psicológica*, 28 (1), 29–42. https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=85416
- Rateau, P. (1995). Dimensões descritivas, funcionais e avaliativas de representações sociais: Une étude exploratoire. *Artigos sobre Representações Sociais*, 4, 133–147.
- Rocheblave-Spenlé, AM (1969). *La noção de papel na psicologia social: Étude histórico-critique*. PUF.
- Saraceno, C. (1992). *Sociologia da família*. Editorial Estampa.
- Segalen, M. (1996). *Sociologie de la famille* (4ª ed.). Armand Colin e Mason.
- Silva, I. M., Lordello, S. R., Schmidt, B., & Mieto, G. S. (2020). *As relações familiares diante da COVID-19: recursos, riscos e implicações para a prática da terapia de casal e família*. <https://repositoriocovid19.unb.br/repositorio-produtos/as-relacoes-familiares-diante-da-covid-19-recursos-riscos-e-implicacoes-para-a-pratica-da-terapia-de-casal-e-familia/>
- Silva, F., Lago, A., et al. (2024). A sobrecarga de mães trabalhadoras durante o isolamento social da COVID-19. *Revista Contemporânea*, 4(5). <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/4407/3363>
- Smoreda, Z. (1995). Poder, estereótipos de gênero e percepções de casais heterossexuais. *British Journal of Social Psychology*, 34, 421–435.
- Smoreda, Z. (1996). Representações da personalidade sexual e dos papéis sociais: Qual o principal organizador para essa coerência? Artigo apresentado na 3ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais, Aix-en-Provence, França.
- Spence, JT, Deaux, K., & Helmreich, RL (1985). Papéis sexuais na sociedade americana contemporânea. Em G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (Vol. 2, 3ª ed.).
- Spínola, S. M. C. (2021.). *Famílias e distanciamento social durante a pandemia COVID-19: Conflito, coesão e distress familiar*. Universidade da Beira Interior, Ciências

Sociais e Humanas.

https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11924/1/8704_18530.pdf

- Tilly, LA e Scott, JW (1987). *As mulheres, o trabalho e a família*. Rivagens.
- Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais: Para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4 (1986), 5–29.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 887–919.
- Vala, J. (1999). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Celta Editora.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). Expressões dos racismos em Portugal. Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, J., Vala, J., & Monteiro, MB (2000). Representações sociais e psicologia do conhecimento. *Psicologia Social*, 4, 335–384.
- Vicente, A. (1998). *Mulheres em Portugal na transição do milénio*. Multinova.
- Williams, JE, & Bennett, SM (1975). A definição de estereótipos sexuais por meio da lista de verificação de adjetivos. *Sex Roles*, 1 (4), 327–337.

ANEXOS

Este questionário insere-se numa investigação que está a ser realizada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto relativa às práticas familiares. Agradecemos que respondesse às questões que se seguem, no sentido de nos ajudar a entender o modo como são percebidas estas práticas.

Não se trata de um teste de avaliação, pelo que não existem respostas correctas ou erradas. O importante é que responda de forma espontânea a todas as questões. O questionário é anónimo e confidencial, destinando-se apenas à investigação científica.

Pedimos que leia com atenção cada uma das afirmações e as opções de resposta disponíveis, assinalando com um X o algarismo que melhor corresponde à sua opinião.

No final verifique, por favor, se respondeu a todas as perguntas para que possamos usar as suas respostas na investigação.

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração.

Observe atentamente a fotografia.



O António e a Maria são casados há 11 anos. Têm 2 filhos, um de quatro anos e um de dez meses.

A Maria é diretora do Departamento de Recursos Humanos de uma empresa multinacional importante. O António fica em casa para cuidar das crianças e do trabalho

Gostaríamos de saber, em que medida cada uma das seguintes características se aplica à Maria. Para isso, agradecemos que coloque uma cruz na quadrícula que melhor corresponde à sua opinião, sabendo que o ponto da escala varia de 1 a 7, em que 1 = concordo totalmente e 7 = discordo totalmente.

Traços de Personalidade

Na minha opinião, Maria é uma pessoa:

Que luta por ter mais êxito do que os outros (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Que pensa que competir é a melhor forma de ter sucesso (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Que por vezes define o seu valor pessoal pelo sucesso da sua carreira (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Com a noção de que ter dinheiro faz parte de uma pessoa bem-sucedida (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Subir na carreira é mais importante (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Que ser mais forte do que os outros é importante (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Que pensa que vencer é uma medida do seu mérito e do seu valor como pessoa (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Que avalia a importância dos outros pelo seu nível de realização e sucesso (Necessidade poder, sucesso e competição: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Sensível (traços de personalidade comunalidade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Paciente (traços de personalidade comunalidade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Compreensiva (traços de personalidade comunalidade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto
PORTUGAL

Flexível (traços de personalidade comunalidade: in Aurora Silva 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Leal (traços de personalidade comunalidade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Com capacidade de liderança (Traços de agentividade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Resistente (Traços de agentividade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Forte (Traços de agentividade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Ambiciosa (Traços de agentividade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Que sente frequentemente que precisa de ser responsável pelos outros que a rodeiam (Traços de agentividade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Que gosta de sentir superior aos outros (Traços de agentividade: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7

Escala de avaliação pessoal afectiva

Na sua opinião como pensa que a Maria será vista pelos outros:

Maria é boa mãe (Avaliação afectiva: in Brescoll and Uhlmann, 2005)	1	2	3	4	5	6	7
Maria contribui de igual forma para o bem-estar da família (Avaliação afectiva: in Brescoll and Uhlmann, 2005)	1	2	3	4	5	6	7
Maria é egoísta (Avaliação afectiva: in Brescoll and Uhlmann, 2005)	1	2	3	4	5	6	7
A decisão de Maria em trabalhar foi boa (Avaliação afectiva: in Brescoll and Uhlmann, 2005)	1	2	3	4	5	6	7
Os colegas de trabalho de Maria irão respeitar a sua decisão em ficar em casa a cuidar dos filhos (crença sobre os outros: in Brescoll and Uhlmann, 2005)	1	2	3	4	5	6	7

Numa escala de 0 a 100, em que 0 extremamente fria, 50 morno, 100 extremamente quente, diga-nos:

Como quantifica a sua afeição por Maria? (feeling thermometer: in Brescoll and Uhlmann 2005)

0.....50.....|.....100

Escala de Nível de Igualitarismo

Gostaríamos agora que pensasse sobre si próprio(a) e que indique, colocando uma cruz na quadricula que melhor corresponde à sua opinião:

Há actividades que correspondem mais às competências dos homens ou das mulheres (Igualdade de Competências: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens e as mulheres têm interesses diferentes (Igualdade de Competências: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Por várias razões, a partilha igualitária das tarefas familiares entre os dois cônjuges é uma ideia pouco realista (Igualdade de Competências: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Há diferenças psicofisiológicas entre homens e mulheres (Igualdade de Competências: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Homens e mulheres possuem competências idênticas para tomar decisões (Igualdade de Direitos: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens e as mulheres têm competências diferentes (Igualdade de competências: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Por uma questão de princípio, no casal, o homem e a mulher devem partilhar o poder (Igualdade de Direitos: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Por uma questão de princípio, o homem e a mulher devem partilhar as tarefas familiares (Igualdade de Direitos: in Silva A. 1999)	1	2	3	4	5	6	7

Inventário do Sexismo ambivalente em relação aos homens (GLICK and FISKE)

Os homens tentarão lutar sempre para ter o maior controle na Sociedade (Hostilidade de para com o Homem e ressentimento de paternalismo: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Até o homem mais sensível pretende (quer, deseja?) uma relação tradicional (Hostilidade de para com o Homem e ressentimento de paternalismo: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens falam sobre os direitos sobre igualdade, mas não conseguem lidar com isso (mas não conseguem tratar uma mulher como igual?) (Hostilidade de para com o Homem e ressentimento de paternalismo: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
No fundo, a maioria dos homens são de facto como crianças (Diferenciação de género compensatório: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens sentir-se-iam perdidos sem uma mulher para o orientar (Diferenciação de género compensatório: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens agem como bebés quando estão doentes (Diferenciação de género compensatório: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
A maioria dos homens, quando estão numa posição de maior poder, assedia sexualmente as mulheres, mesmo que de forma subtil (Hostilidade heterossexual: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens não têm ética para obter sexo (Hostilidade heterossexual: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Quando um homem ajuda uma mulher frequentemente <u>estão</u> tentar que é melhor do que ela (Hostilidade heterossexual: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens, habitualmente tentam dominar a conversa quando estão a falar com mulheres (A benevolência para com os homens e maternalismo: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Mesmo que o casal trabalhe, a mulher deve ser mais atenta para cuidar de seu marido/companheiro em casa (A benevolência para com os homens e maternalismo: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens são principalmente úteis para garantir a segurança financeira para as mulheres (A benevolência para com os homens e maternalismo: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
A mulher deve cuidar do homem em casa caso ele adoça (A benevolência para com os homens e maternalismo: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens estão mais dispostos a arriscarem-se para proteger os outros (Diferenciação de género Complementar: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens estão mais dispostos a correr riscos do que as mulheres (Diferenciação de género Complementar: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Os homens são menos propensos a desanimarem em caso de emergência (Diferenciação de género Complementar: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Todas as mulheres precisam de um homem que cuide delas (Intimidade Heterossexual: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Uma mulher nunca se sente (nunca/ não é?) completa sem um relacionamento sério (Intimidade Heterossexual: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
Cada mulher deveria ter um homem que ela amasse (Intimidade Heterossexual: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7
As mulheres são (sentem-se?) incompletas sem um homem (Intimidade Heterossexual: Glick & Fiske, 1999)	1	2	3	4	5	6	7

As afirmações contidas neste questionário são completamente anónimas e confidenciais. Para fins estatísticos, gostaríamos, contudo, que nos fornecesse algumas informações adicionais.

Sexo:

Masculino

Feminino

Idade: _____

Grau de Escolaridade:

4ºano/classe

Ensino Básico 2º e 3º Ciclos (até ao 9ºano)

Ensino Secundário (até ao 12ºano)

Bacharelato/Licenciatura

Mestrado/Pós-graduação

Estado Civil:

Filhos: Sim

Não

Casado

Solteiro

União de facto

Divorciado

Viúvo

Profissão: _____

Zona de residência: _____

Religião: _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto

PORTUGAL